

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS- ESO
CURSO BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

KAREN LORENA FREIRE MARINHO

**POVO, LÍNGUA E CULTURA MATERIAL ARAWAK: OS DEBATES
ATUAIS NA ARQUEOLOGIA DA AMAZÔNIA CENTRAL**

MANAUS – AM

2017

KAREN LORENA FREIRE MARINHO

**POVO, LÍNGUA E CULTURA MATERIAL ARAWAK: OS DEBATES
ATUAIS NA ARQUEOLOGIA DA AMAZÔNIA CENTRAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de bacharelado em arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva

MANAUS – AM

2017

MARINHO, Karen Lorena Freire. Povo, Língua e Cultural Material *Arawak*: os Debates Atuais na Arqueologia da Amazônia Central. 2017. Monografia de Conclusão de Graduação em Arqueologia. Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Escola Superior de Ciências Sociais – ESO.

Palavras-chave: Amazônia central; povos *arawak*; arqueologia amazônica

À minha avó e minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de dizer que sou muito grata a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho. Agradeço ao professor Carlos Augusto por ter aceitado ser meu orientador e sempre ser um grande exemplo e motivação para seguir na vida da arqueologia. Sou muito grata à Marta e ao Filippo por todo apoio acadêmico e pessoal e pelo tempo gasto para me ajudar a fazer este trabalho. Vocês são pessoas maravilhosas. Muito obrigada, de verdade. Agradeço à coordenação e corpo docente da UEA; e colegas de classe que estiveram presente nestes 4 anos de graduação. Gostaria, também, de agradecer a todos os amigos que passaram meses me ouvindo falar de tcc e não desistiram de mim. Às amigas que eu fiz neste curso, Flávia, que sempre me deixou à vontade para falar de faculdade e me ajudar com muitas coisas. Luiza e Viviane que foram minhas maiores companheiras nesse curso. Obrigada pelas conversas, pelos momentos mais que felizes que vocês me proporcionaram. Obrigada Luiza por sempre dizer que tudo está melhor do que parece. Obrigada Viviane por sempre me divertir. Ao Victor que causou esse encontro. Agradeço aos meus animais que me proporcionaram momentos de relaxamento e distração sempre que eu precisava. E agradeço a minha família, que apesar de não saber exatamente o que eu faço sempre me deu apoio incondicional, principalmente minha avó e minha mãe que sempre se esforçaram pela minha educação.

A todos que ajudaram, verdadeiramente, obrigada.

*We're just a million little gods causing rain storms turning every good thing to rust /
guess we'll just have to adjust.*

Wake up - Arcade Fire

RESUMO

Os povos falantes de línguas *arawak* eram no momento do contato, de acordo com relatos históricos, os grupos indígenas de maior propagação pelo continente sulamericano; estavam geograficamente dispostos desde as Bahamas até a Argentina e do sopé dos Andes até a foz do rio Amazonas. Em virtude disto, os estudos desses povos podem ser muito importantes para entendermos as dinâmicas que ocorriam no território amazônico nos tempos pré-coloniais. Diante desse fato, e das diversas fontes disponíveis de pesquisa, como relatos etno-históricos, dados arqueológicos e linguísticos, o presente trabalho busca evidenciar alguns trabalhos realizados a respeito de tais povos, observando as principais hipóteses para a ocupação da região amazônica, as contribuições dos estudos das línguas indígenas da região e, por fim, salientando as informações atuais sobre pesquisas desenvolvidas no âmbito da arqueologia da Amazônia central, relacionadas à expansão de povos *arawak*.

Palavras-chave: Amazônia central; povos arawak; arqueologia amazônica.

ABSTRACT

The *Arawak*-speaking peoples were at the moment of contact the indigenous groups of greatest spread by the South American continent according to historical accounts; they were geographically arranged from the Bahamas to Argentina and from the foothills of the Andes to the mouth of the Amazon River. Because of this, the studies of these peoples can be very important to understand the dynamics that occurred in the Amazonian territory in pre-colonial times. The present work seeks to highlight some of the work carried out in relation to these peoples, observing the main hypotheses for the occupation of the Amazon region, the contribution of the studies of the indigenous languages of the region and, finally, to highlight the current information on research developed in the archeology of central Amazon related to the expansion of *Arawak* peoples.

Key-words: central amazon; arawak peoples; Amazonian archaeology

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| CAPÍTULO 1 – As ocupações amazônicas pré-coloniais e os povos <i>arawak</i> | 11 |
| 1.1 O contexto histórico-culturalista | 16 |
| 1.2 Donald Lathrap e uma nova interpretação para as ocupações na Amazônia | 18 |
| 1.3 A expansão <i>arawak</i> | 22 |
| 1.4 Relatos <i>arawak</i> na Amazônia central | 23 |
| 1.5 Sistemas regionais do Alto Rio Negro e Alto Xingu | 24 |
| CAPÍTULO 2 – Arqueologia das Línguas | 27 |
| 2.1 A linguística histórica | 27 |
| 2.2 As línguas indígenas da Amazônia | 31 |
| 2.3 As línguas <i>arawak</i> | 33 |
| 2.4 Arqueologia e línguas | 36 |
| CAPÍTULO 3 – Uma história de longa duração na arqueologia da Amazônia central | 39 |
| 3.1 A Amazônia central e as pesquisas iniciais | 39 |
| 3.2 A cerâmicas inciso-modeladas da Amazônia Central | 41 |
| 3.3 As pesquisas realizadas a partir do PAC e as novas interpretações | 42 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 49 |
| REFERÊNCIAS | 51 |

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido como parte de um projeto pedagógico para a finalização do curso de Bacharelado em Arqueologia, oferecido pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Frente à vastidão da região amazônica, estudar arqueologia é importante para se tentar entender, ao menos, uma pequena parte de um passado tão rico e complexo das populações que aqui habitavam. Esta área, alvo de numerosas pesquisas, foi estudada a partir de diferentes tipos de abordagens teórico-metodológicas, as quais nos oferecem uma grande quantidade de dados e muitas interpretações, que, paulatinamente, foram reforçadas ou rechaçadas, à medida que novas abordagens de pesquisas foram utilizadas.

Considerando que a região Amazônica detém uma das maiores diversidades linguísticas no mundo e destacando que os povos falantes de línguas *arawak* foram historicamente relatados como os autores da maior expansão territorial ao momento do contato, o estudo de tais grupos é relevante para construir um discurso a respeito da história indígena da região. Portanto, a arqueologia amazônica pode contribuir para o conhecimento da nossa sociedade passada e para a formação da identidade local, além de trazer à tona a história de povos que não puderam deixar seu registro escrito.

A partir deste trabalho buscamos contribuir para o atual conhecimento que existe a respeito dos povos *arawak* e, da mesma forma, apresentar como a arqueologia relacionada a fontes linguísticas e etno-históricas pode acrescentar neste conhecimento, bem como trazer os debates atuais suscitados na arqueologia da Amazônia central a respeito do tema.

Para isto decidimos dividir esta monografia em três capítulos: O primeiro capítulo apresentará um breve histórico das pesquisas sobre as ocupações pré-coloniais na Amazônia partindo dos trabalhos de Betty Meggers; e posteriormente será exposta uma breve contextualização da corrente teórica histórico-culturalista na disciplina arqueológica, na qual se desenvolveram abordagens que relacionava a distribuição territorial da cultura material com as expansões de grupos linguísticos.

Destacaremos, também, as pesquisas realizadas por Donald Lathrap, no âmbito do estudo da ocupação da Amazônia; apresentaremos, de forma breve, como foi primeiramente hipotetizada a expansão dos povos *arawak* pela região amazônica, pormenorizaremos as principais informações presentes nos relatos etno-históricos da Amazônia central e finalmente descreveremos as configurações atuais de dois sistemas regionais com base cultural *arawak*.

O segundo capítulo abordará de forma geral as contribuições dos estudos de lingüística histórica e seus métodos para as pesquisas arqueológicas, no específico as da região Amazônica.

No terceiro capítulo, apontaremos para alguns trabalhos de arqueologia que foram realizados na Amazônia central, apresentando as hipóteses que correlacionam a distribuição de artefatos cerâmicos inciso-modelados à distribuição lingüística, para sugerir uma relação com a expansão de povos *arawak* pela região.

CAPÍTULO 1 – As ocupações pré-coloniais da Amazônia e povos *arawak*

A região amazônica é, reconhecidamente, um lugar muito fascinante. É uma área que apresenta enorme biodiversidade e que por um longo tempo instigou a curiosidade de muitos. Apenas a variedade de fauna e flora já seria motivo para atrair o interesse de variadas pesquisas. Além disso, na Amazônia é onde se encontra uma das maiores diversidades linguísticas no mundo; mesmo após mais de 500 anos de intensas transformações trazidas pela colonização europeia, ainda conta-se com por volta de 250 línguas conhecidas e 50 famílias linguísticas; e segundo estimativas, antes do contato com os colonizadores, na Amazônia brasileira existiriam cerca de 700 línguas (RODRIGUES, 2003). Esta grande diversidade linguística é, portanto, uma questão bastante discutida já que a região como se apresenta hoje não é um lugar com grandes barreiras geográficas que favoreceriam o isolamento e a diferenciação. Pelo contrário, existe uma aparente homogeneidade climática e ambiental. A bacia hidrográfica com seu grande emaranhado de rios permite a comunicação com todo o continente, o que pode ter facilitado o contato entre os povos do passado: este é, então, um cenário que favorece a mobilidade por meio fluvial. O que podemos pensar é que tal região, por muito tempo, considerada virgem e inexplorada, foi o lar de uma grande diversidade cultural e linguística, resultado de milhares de anos de transformações e de interação entre povos e destes com o seu ambiente.

Não é possível, hoje em dia, reconstituir de forma completa a cultura dos povos indígenas pré-coloniais. De fato, devido ao processo de colonização europeia, ocorreram grandes mudanças nas organizações sociais; todavia, os dados levantados pelos estudos arqueológicos, nos trazem importantes informações a respeito dos modos de vidas dos povos do passado. As reconhecidas semelhanças e diferenças linguísticas em determinadas regiões suscitam várias hipóteses para o povoamento e mobilidade de populações na região. Na arqueologia, buscando comparar os padrões encontrados nos vestígios materiais com os padrões culturais de sociedades indígenas atuais, os pesquisadores sugeriram diversas hipóteses para as migrações de povos e expansões de línguas no território amazônico. (PORRO, 1996).

Portanto, nesta primeira parte do trabalho, apresentaremos de forma resumida o resultado das pesquisas mais importantes voltadas ao estudo da ocupação pré-colonial da região amazônica.

A maioria das explicações arqueológicas existentes para esta região se basearam especialmente em fatores relacionados a questões ambientais. Em grande parte, as pesquisas na Amazônia tiveram suas abordagens fundamentadas em pressupostos teóricos esboçados pela ecologia cultural.

A ecologia cultural, desenvolvida em meados do século XX, buscava explicar as origens de padrões comportamentais particulares que caracterizavam áreas culturais específicas ao invés de utilizar princípios gerais aplicados a qualquer situação cultura-ambiente. Esses estudos foram baseados na crença de que as instituições socioculturais das populações, como as leis, rituais, organização política, econômica e ações bélicas, são processos adaptativos dessas mesmas ao seu ambiente. Desta forma, o principal objetivo desta abordagem era entender a relação da cultura com o ambiente (GUNN, 1980). Na Amazônia, a ecologia cultural foi principalmente utilizada com a perspectiva de um determinismo ecológico onde uma cultura é o resultado das ações mecânicas de forças naturais sobre uma humanidade receptiva.

O principal expoente da ecologia cultural foi o antropólogo americano Julian Steward que no final da década de 1940 organizou o *Handbook of South American Indians*, um livro no qual as culturas da América do Sul eram descritas e caracterizadas por atributos e classificadas segundo um modelo evolutivo: *tribos marginais, cultura de floresta tropical, cacicados circum caribenhos e civilizações andinas*. Foi com a proposta de testar as hipóteses formuladas no *Handbook of South American Indians* que Betty Meggers e Clifford Evans iniciaram suas pesquisas na Amazônia na década de 1950.

As pesquisas de Meggers foram voltadas especialmente para a classificada *cultura de floresta tropical*. Esta cultura foi definida por Lowie (1948) com as seguintes características principais: o cultivo de raízes tropicais, especialmente mandioca; uso eficaz de embarcações fluviais (canoas); uso de redes como camas e fabricação de cerâmica. De acordo com um modelo evolutivo definido para as sociedades indígenas da América do Sul, a *cultura de floresta tropical* estava, na

escala de desenvolvimento evolutivo, abaixo das civilizações andinas, por falta de refinamento arquitetônico e metalúrgico, mas encontrava-se acima dos bandos de caçadores-coletores.

O tipo de cultura de floresta tropical, segundo o *Handbook*, era característico de toda a região amazônica que contava com dois ambientes bem marcantes: a terra firme e a várzea.

De acordo com padrões históricos estabelecidos por pesquisas na Amazônia, a terra firme é conhecida como o ambiente de maior extensão territorial que normalmente não é inundada e possui elevações entre 10 e 100 metros acima do nível do mar. É caracterizado por ter um solo de baixa fertilidade e ácido, portanto, não oferece condições para que grandes grupos humanos ocupem uma única localidade por muito tempo, favorece a agricultura de corte e queima (coivara) e por consequência maior rotatividade dos grupos. Em contraste, existe a região de várzea que ocorre em boa parte dos rios de águas brancas e está sujeita às cheias cíclicas condicionadas pelo regime fluvial. Por causa desta dinâmica, a várzea é um ambiente bastante produtivo, pois durante a cheia recebe os nutrientes necessários para que o solo enriquecido possa ser utilizado durante o período de seca para o cultivo; e, também, se torna um ambiente muito propício para a caça e para a pesca. (PORRO, 1996).



Figura 1: distribuição das áreas culturais da América do sul de acordo com o Handbook of South American Indians (em negro as civilizações andinas; em linhas horizontais os cacicados circum caribenhos; em quadrículas a cultura de floresta tropical; e em pontos as tribos marginais). Fausto, 2010.

Para Meggers (1987), o desenvolvimento da complexidade social na Amazônia seria determinado pelo ambiente destacando como, no caso da várzea, tal meio não poderia sustentar o crescimento populacional e o desenvolvimento de culturas complexas como as civilizações dos Andes. Nas interpretações de Meggers ao tratar das ocupações na Amazônia a autora considerou que a complexidade cerâmica encontrada na região era a consequência da intrusão de povos migrantes, possivelmente da região andina, os quais ao entrarem neste ambiente, declinaram culturalmente por causa das condições ambientais adversas.

Meggers acreditava que a região amazônica sempre passou por momentos de instabilidade climática, que seriam responsáveis pelas variações culturais na

região. Essas oscilações climáticas seriam a explicação para a grande diversidade de animais e plantas e poderiam da mesma forma, servir como justificativa para a diversidade linguística encontrada na região. Tais variações climáticas teriam grande impacto nos padrões de subsistência das populações indígenas, as quais seriam obrigadas a emigrar ou ter um padrão de vida mais móvel. Isto seria visível no registro arqueológico, no padrão de assentamento de movimento centrípeto e reocupação de lugares favoráveis por grupos em dificuldades, que acreditava serem adaptações reestabelecidas no início da era cristã. A separação entre os grupos levaria a desenvolvimentos isolados que acarretaria mudanças tanto culturais quanto linguísticas. Os momentos de separação implicariam uma distribuição territorial das principais línguas indígenas *arawak*, tupi e karib e das línguas isoladas; e essas separações seriam compatíveis com os principais momentos áridos que ocorreram na região. (MEGGERS, 1995).

Portanto, segundo tal interpretação, a mobilidade dos povos pré-coloniais amazônicos ocorria por causa da falta de recursos para a sobrevivência, ocasionando, assim, deslocamento para outras partes da região; por conseguinte, na visão de Meggers, não haveria como existir o desenvolvimento de complexidade social; e as inovações como a produção de artefatos cerâmicos decorados e o surgimento da agricultura seriam decorrentes de influências externas chegadas à região ao final do segundo milênio A.C. (MEGGERS, 1987); desta forma, atribuindo à migração e à difusão cultural a resposta para as inovações locais.

Este tipo de abordagem, proposto por Betty Meggers, para descrever o desenvolvimento das culturas pré-históricas amazônicas foi imensamente discutido, visto que essas interpretações acabaram por perpetuar a imagem de que as sociedades indígenas, por seu modelo de lidar com o ambiente e seus modos de vida, seriam inferiores àquelas sociedades que conseguiram constituir um estado e que, segundo os modelos evolutivos, estariam mais próximas do que seria o correto dentro de um modelo sustentado pela sociedade ocidental. Uma passagem em *A sociedade contra o estado (1978)* de Clastres ressalta que o homem primitivo tem pelo menos o mínimo de domínio sobre o espaço que ocupa, o qual é adaptado e relativo às suas necessidades, assim como a sociedade industrial e técnica. Desta forma, podemos assumir um contraponto à visão determinista de que o homem está à mercê do que a natureza lhe impõe, e pensar que ele apenas pode utilizá-la da

forma que lhe for mais conveniente. Portanto, é possível pensar várias possibilidades para as transformações culturais na Amazônia pré-contato e não somente aquelas que recorrem às explicações ambientais deterministas.

1.1 O contexto histórico-culturalista

Durante quase toda a segunda metade do século XX, vemos, portanto que as pesquisas realizadas na Amazônia, fundamentadas em perspectivas ambientais deterministas, se basearam bastante nos conceitos que consideravam os processos migratórios e a difusão cultural como explicações para as diversidades linguísticas e culturais na região. Nesse item apresentaremos brevemente a forma com a qual tal debate foi introduzido no contexto das pesquisas arqueológicas.

A migração é o deslocamento de indivíduos dentro de um espaço geográfico, de forma temporária ou permanente. As migrações são processos inerentes ao comportamento humano (ANTHONY, 1990). Portanto, processos migratórios são reconhecidos e estudados em todas as partes do mundo. A colonização dos continentes só foi possível devido as correntes migratórias de *Homo sapiens* saídas da África. Embora, hoje em dia, sejam reconhecidos vários problemas metodológicos a respeito do estudo de migrações em arqueologia, esse último foi essencial na construção histórica da disciplina.

O estudo de migrações em arqueologia foi iniciado, em seu sentido normativo, em meados do século XX, através de uma abordagem conhecida como o histórico culturalismo, a partir das pesquisas de Gustav Kossinna. O período em que o histórico-culturalismo se desenvolveu foi marcado por uma descrença no progresso tecnológico defendido pelo evolucionismo cultural do século XIX. As transformações sociais que aconteciam na época acarretaram mudanças de foco nas pesquisas em arqueologia, as quais passaram a abordar temas que envolviam etnicidade e exaltação da cultura local como forma de enaltecer e fortalecer os Estados nacionais emergentes. Os pesquisadores, acreditando que a mudança era contrária à natureza humana, recorreram às migrações tanto quanto à difusão cultural para trazer explicações para a variabilidade encontrada no registro arqueológico. No entanto, para Kossinna que buscava com seus estudos encontrar o berço das línguas indo-

européias, que acreditava estar na região da Alemanha, e que considerava haver uma superioridade biológica e cultural desses primeiros povos indo-europeus, só seria possível a mudança cultural através da migração. O pesquisador apontava que as mudanças étnicas eram representadas na cultura material e que na Europa existia um mosaico de culturas; assim, ele utilizou um enfoque histórico para entender como os povos no passado viveram e quais suas transformações culturais e étnicas ao longo do tempo (TRIGGER, 2004).

Outra importante abordagem, que foi empregada pela corrente histórico-culturalista, além da explicação migratória, foi a difusão cultural. Este conceito considerava que as inovações culturais não poderiam ser inventadas em diferentes áreas, mas surgiam em um único lugar e, então, eram espalhadas a partir de seu centro de origem. O tipo de abordagem difusionista pode ser encontrado nos trabalhos de Franz Boas que renegava as ideias do evolucionismo cultural; em seus trabalhos, o pesquisador desenvolveu conceitos como o do *particularismo histórico* e do *relativismo cultural* para demonstrar que as diversas sociedades “primitivas” do mundo não eram degraus ou categorias de um modo de evolução que levaria a um ápice do desenvolvimento cultural tendo como modelo a ser alcançado, as sociedades ocidentais. Boas acreditava que cada grupo teria vivido e passado por situações que as levariam a um tipo de desenvolvimento único. (TRIGGER, 2004)

A procura pela origem pré-histórica das nações europeias e dos povos indo-europeus se tornou uma grande obsessão dos pesquisadores que usavam os conceitos de migração e difusão para fundamentar suas teorias. É neste contexto que vemos ser empregados o conceito de *cultura arqueológica* e a crença de que as mudanças ocorridas nos vestígios materiais só podiam ser explicadas pela mudança de um povo por outro, logo de uma cultura por outra.

Gordon Childe, abarcando algumas das ideias de Kossinna, buscou sintetizar a pré-história europeia. Com a obra *The Dawn of European Civilization em 1925*, deu um modelo de estudo para os arqueólogos posteriores, que foi usado por toda a Europa. De acordo com Trigger (2004):

“O principal objetivo dos arqueólogos que utilizaram essa abordagem já não era interpretar o registro arqueológico como evidência de estágios de desenvolvimento cultural, mas identificar povos pré-históricos, com frequência anônimos, por meio de culturas

arqueológicas e reconhecer sua origem, rastrear-lhe os movimentos, verificar sua interação” (TRIGGER, 2004:169)

A visão de migrações e sua abordagem na arqueologia mudou bastante com o enfoque processualista da New Archaeology, na década de 1960. Ver a cultura como um meio extrassomático de adaptação ao ambiente fez com que as explicações que envolvessem migrações fossem muito criticadas e pouco utilizadas, pois eram um meio de explicar as mudanças culturais em uma sociedade apenas por influências externas, o que não concordava com as ideias desta corrente teórica. (ANTHONY, 1990)

Mesmo que em grande parte abandonados por pesquisadores em arqueologia, os estudos dos processos migratórios não foram completamente esquecidos e nem deixados de ser considerados como ferramenta teórica no estudo das populações pré-históricas. Exemplos de utilização de tais conceitos como paradigma explanatório podem ser encontrados no contexto dos estudos da pré-história da região caribenha com as pesquisas de Irving Rouse e, também, nas pesquisas de um período chamado de *Era das Migrações* na Europa, que analisam as invasões e as migrações de povos bárbaros (DOMMELEN, 2014).

1.2 Donald Lathrap e uma nova interpretação para as ocupações na Amazônia

A base teórica a partir da qual Betty Meggers desenvolveu os seus estudos foi marcada pela interpretação de que havia uma continuidade cultural entre os povos pré-coloniais e os povos históricos da região amazônica. Isto era coerente com a visão da antropologia americana da época, que considerava os relatos dos viajantes testemunhos pouco confiáveis e que sustentava ser mais plausível uma realidade local de baixa densidade populacional e de tribos não hierarquizadas. Tal perspectiva subestimava o impacto cultural do contato entre os dois mundos e todo o processo de destruição e descaracterização da cultura indígena promovida pela colonização europeia. Portanto, esta interpretação não valorizava grande parte das informações históricas que foram produzidas pelos cronistas viajantes que passaram pelos rios amazônicos entre os séculos XVI e XVII. A maior parte das fontes relatou vários quilômetros ao longo da beira do rio eram ocupados por aldeias indígenas e a ocorrência de grande densidade demográfica (PORRO, 1996).

É notável que os primeiros relatos principalmente mostram que em partes da várzea se encontravam grandes populações organizadas, cujas relações sociais envolviam também grupos localizados a grande distância nos interiores. A interpretação das relações sociais descritas nestes primeiros relatos levou a considerar a possibilidade da existência de conflito entre os grupos que viviam na beira do rio e grupos do interior, que intencionavam invadir o território ribeirinho devido às melhores condições para a subsistência. De todo modo, com o avanço dos portugueses e espanhóis, com a implantação da “política de descimento” e de “guerras justas” para alimentar o regime de escravidão e de catequização indígena, as populações da várzea perderam muito de seu contingente, porque ou foram dizimadas ou fugiram para dentro da floresta para se proteger, dando espaço para que outras populações com diferentes formas de organização pudessem ocupar esse lugar. Este tipo de intervenção abalou as estruturas da dinâmica social que existia entre as populações indígenas amazônicas, portanto, os relatos etnográficos principalmente a partir do século XIX, mostravam uma realidade possivelmente diferente do que se via no tempo do primeiro contato (PORRO, 1996).

Podemos, por exemplo, em o Novo descobrimento do rio das Amazonas (1641), de Cristobal de Acuña, ver relatos a respeito da densidade demográfica e da existência de conflitos intertribais:

“Todo este novo mundo, chamemo-lo assim, é habitado por bárbaros de distintas províncias e nações, das quais posso dar fé, mencionando-as pelos nomes e assinalando sua localização, algumas de vista e outras por informações dos índios que nela estiveram. Passam de cento e cinquenta, todas de línguas diferentes, tão vastas e povoadas como as que vimos por todo este caminho, conforme depois diremos. Essas nações ficam tão próximas umas das outras, que em muitas delas, dos últimos povoados de uma se pode ouvir o lavar da madeira nas outras, sem que tal vizinhança as obrigue a fazer as pazes, de vez que mantêm perenemente constantes guerras entre si, nas quais a cada dia se mata e aprisiona um sem-número de almas, num dessangrar de tais proporções, que sem ele não caberiam todas naquela terra. Todavia, mesmo sendo belicosos e cheios de brio, jamais tiveram qualquer atitude hostil para com o espanhol, fato que se observou durante toda a viagem, na qual nenhum bárbaro se atreveu a usar contra nós outra defesa senão a de que se valem os covardes prevenidos, a fuga. E fugir para eles é muito fácil, pois navegam em embarcações tão rápidas, que ao abordarem terra, carregam-nas nos ombros e com elas se atiram nas águas de um dos numerosos lagos do rio, ludibriando qualquer inimigo que com sua embarcação não possa fazer o mesmo.” (ACUÑA, 1994:95)

Os relatos das várzeas, como detentoras de grandes populações com organização social estratificada, foram importantes para pesquisadores que se opunham as explicações deterministas de Meggers, pois ajudaram a construir um

cenário de novas hipóteses que viam a região não como um ambiente de degeneração, mas de inovação cultural. Um dos pesquisadores que buscou contrapor a visão determinista foi o arqueólogo americano Donald Lathrap.

O trabalho de Lathrap intencionava desconstruir a imagem da *cultura de floresta tropical* que ao ser contrastada com a *cultura circum caribenha* era caracterizada pelas ausências de características culturais em relação a esta. Acreditava que não deveria ser esperada uma continuidade entre os povos do passado e os de agora, pois os povos que habitaram a várzea foram os primeiros a serem dizimados pelos europeus; e alertava em relação ao uso de analogias etnográficas utilizadas para descrever os modelos de vida pré-coloniais.

Em o Alto Amazonas (1970), Lathrap, a partir de suas considerações a respeito dos povos amazônicos, propôs um modelo para a distribuição linguística na região. Ele acreditava que a difusão de línguas por um grande território poderia ser um testemunho das migrações de povos no passado, considerando que grupos primitivos seriam substituídos por populações militar ou numericamente superiores. Vemos formulada a hipótese de dispersão que ficou conhecida como o *modelo cardíaco*. Lathrap criou, primeiramente, um modelo para a expansão da língua proto-*arawak*. Em suas explicações destacava o fato de que, ao momento do contato com os colonizadores, os falantes de línguas *arawak* praticavam a agricultura intensiva de raízes, o que considerava ser essencial para o crescimento populacional que, por sua vez, os levou a migrar pelo território, utilizando como principal meio de transporte a canoa. Portanto, a partir de tais dados, o pesquisador sugeria que, por volta de 3000 anos A.C. esses povos estavam desenvolvendo a agricultura na região da Amazônia central, próximo da atual cidade de Manaus; e salientava que, devido a tal prática, havia uma pressão populacional que levou grupos menores a se deslocarem pelo curso dos rios, se espalhando por grande parte da região. Finalmente, sugeria que, entre 1000 A.C. e 500 A.C., os grupos falantes línguas proto-maipure, da família *arawak*, tiveram que recorrer à mesma solução, causando outra onda migratória. Desta forma, Lathrap também propôs um modelo de dispersão das línguas do tronco tupi-guarani, que acreditava terem um grau de parentesco com a língua proto-*arawak*, com explicações e causas semelhantes à hipótese sugerida para esta última.

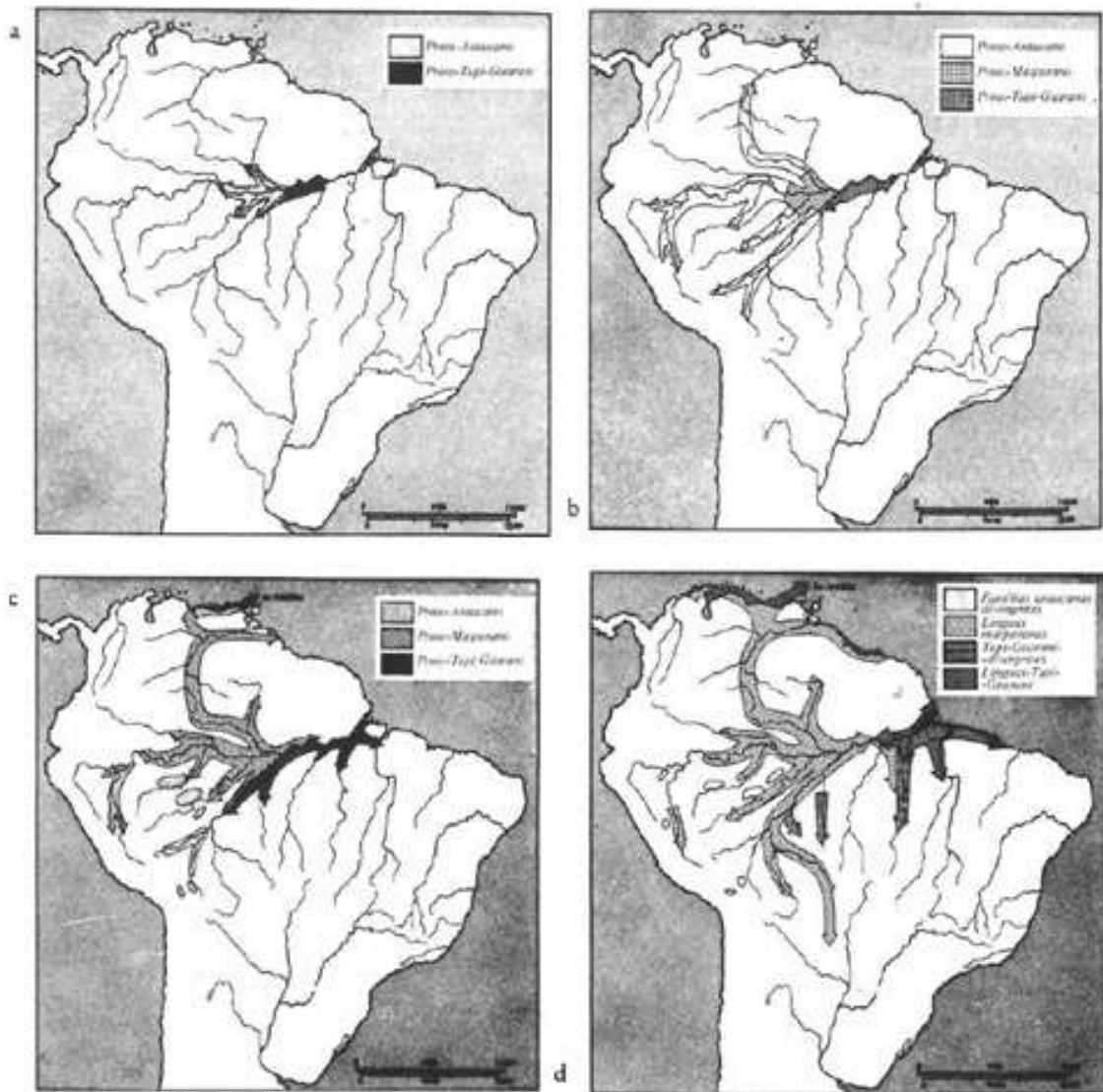


Figura 2: o modelo cardíaco. Fonte: Lathrap, 1975.

As explicações de Lathrap, mesmo que pusessem a Amazônia em posição de inovação cultural, ainda assim continuavam a considerar fatores ambientais como determinantes para as dispersões de populações e línguas. Não obstante da influência do pensamento de Lathrap sobre a antropologia e arqueologia das terras baixas, hoje em dia, alguns aspectos relacionados à proposta de uma cronologia tão antiga foi posto em discussão, como será visto mais adiante no capítulo 3. No entanto, as hipóteses propostas por Lathrap foram importantes para quebrar o paradigma de uma Amazônia escassa e pouco povoada, debate que cresceu e ganhou força com trabalhos posteriores principalmente os de Anna Roosevelt.

1.3. A expansão *arawak*

Um dos primeiros pesquisadores que investigou a expansão *arawak* pela Amazônia, foi o etnólogo alemão Max Schmidt. Em seu livro de 1917, intitulado *Die Arawaken* (Os *arawak*) trata a expansão desses povos com base em estudos etnográficos. Em seu relato é perceptível que Schmidt trata esses povos como uma cultura superior que dispersa sua influência entre as outras, que eram consideradas inferiores. Portanto, impunham sua superioridade por serem povos agricultores e terem um bom domínio de meios de transporte aquáticos. Acreditava que a expansão se deu não por uma migração entre povos, mas pela penetração de uma classe dominante da cultura *arawak* dentro de outras culturas, desta forma difundindo sua influência. Portanto:

Como motivo básico da expansão das culturas aruaques deve-se, pois considerar a intercalação de elementos étnicos de nível inferior dentro da sociedade aruaque, mais altamente desenvolvida, ou, em outras palavras, a criação de uma população que seja econômica e culturalmente dependente, perante a qual se possa ser a classe dominante, e à qual se imporá a execução dos trabalhos necessários à satisfação das próprias exigências vitais, sempre crescentes. (SCHMIDT, 1917:47)

E:

Três grandes metas buscam por conseguinte as comunidades das culturas aruaques, para a expansão de suas culturas: a ocupação de terra, própria para plantação, a obtenção da necessária mão-de-obra e a oportunidade de aquisição dos necessários meios de produção. Esses três fatores representam a razão propriamente dita da expansão das culturas aruaques. (SCHMIDT, 1917:18)

Assim, Schmidt acreditava que as relações entre os *arawak* e seus povos vizinhos podiam ser tanto pacíficas quanto belicosas, buscou destacar em seu trabalho traços que acreditava ser parte da cultura *arawak*, como a exogamia, que poderia ocorrer tanto por rapto da noiva quanto por acordo com outras tribos, assim como o hábito de fazer a couvade; e que a cultura *arawak* foi importante para a criação e difusão de mitos, assim subjugando outras culturas intelectualmente. Destacou que esses traços culturais seriam importantes economicamente para esta cultura e para que a classe dominante tivesse a manutenção de sua influência entre as outras.

1.4 Relatos *arawak* na Amazônia central

Ao pensarmos a respeito de povos falantes *arawak* na Amazônia central temos como referência relatos etno-históricos de viajantes que passaram pela região, pois já não existem mais grupos *arawak* originários desta área. O principal fator para essa inexistência é a expansão e colonização europeia que proporcionou deslocamento das aldeias para áreas adjacentes e a extinção de muitas línguas e povos. O pouco que se conhece a respeito dos povos da região e seus costumes estão em escassos relatos de cronistas viajantes. Por consequência de não existir, na época das viagens, classificação linguística dos grupos indígenas não é possível estabelecer exatamente quais seriam os povos falantes *arawak* que habitavam a região da Amazônia Central ao momento do contato.

De acordo com Porro (1996: 56) existem notícias vagas sobre o médio Amazonas no século XVI que não permitem fazer associações com grupos mais recentes. Sobre as observações do trecho entre o rio Negro e o rio Urubu haviam várias aldeias fortificadas com paliçadas de toras grossas e uma única entrada. A partir do século XVII, existem relatos de que a margem esquerda do rio Amazonas, entre o rio negro e urubu era habitada pelos Tarumã e por grupos falantes de língua *Arawak*.

De acordo com Cavallini (2014), diversos viajantes relataram a existência de povos falantes *arawak* na região do baixo rio Urubu como *Caboquena*, *Guanavena* e *Urubu* entre os séculos XVII e XVIII.

Na região do Médio Rio Negro há relatos dos índios Manao, os quais eram vistos como grandes comerciantes que percorriam o rio Negro e, portanto, assim estabeleciam ligações comerciais com grupos subandinos, com povos do rio Amazonas e Solimões e com grupos das Guianas (WRIGHT, 2005).

No final do século XVIII, devido aos descimentos e a divisão dos grupos indígenas entre os grupos missionários na região de Manaus, a população das vilas era constituída de etnias: *Baniwa*, *Baré*, *Passé* e *Tarumã* (PORRO, 1996). Logo vemos uma grande mistura de diferentes etnias indígenas que eram deslocadas para a Amazônia central com o intuito de promover a escravidão ou a conversão das mesmas, com isso ocorreu uma grande mudança na configuração social local.

É evidente, portanto, que a colonização europeia promoveu mudanças fortes nas relações entre os povos que habitavam a região da Amazônia central e suas adjacências, o que contribuiu para diminuição drástica da população indígena e para processos de formação de confederações indígenas dispostas a enfrentar as investidas colonizadoras de escravização, acarretando em processos de etnogênese e outras diversas mudanças nos aspectos sociais e políticos dos grupos habitantes da região.

Atualmente, os povos *arawak* estão distribuídos ainda por várias áreas da Amazônia, infelizmente, em menor escala ao que era no início do século XVI. Muito desses povos, hoje em dia, vivem em sistemas regionais multiétnicos compartilhando território e cultura com povos de outras matrizes linguísticas. Em seguida, faremos um breve relato de duas áreas caracterizadas por uma base cultural *arawak*, uma no noroeste da Amazônia e outra no sudeste do mesmo bioma. Serão apresentadas as áreas do Alto Rio Negro e do Alto Rio Xingu.

1.5. Sistemas regionais do Alto Rio Negro e do Alto Xingu

A região do Alto Rio Negro tem uma vasta produção etnográfica o que ajuda a construir diversas hipóteses para a construção histórica deste sistema regional. Para Neves (1998) os grupos do alto rio negro compartilham traços culturais que os fazem únicos em relação a outros grupos da floresta tropical.

As hipóteses para a essa construção vem desde Curt Nimuendaju, que desenvolveu um modelo no qual sugere quatro levas de migrações para a região, onde os primeiros habitantes da área seriam os *Maku*; posteriormente, teriam chegado à área os antecessores dos povos Baniwa, falantes de línguas da família *arawak*, os quais seriam originários de regiões ao norte do Uaupés-Içana, próximo dos rios Guainia e alto Orinoco, estes teriam sido posteriormente substituídos por falantes *tukano* no rio Uaupés; finalmente com esta configuração os povos *Baniwa* passaram a ocupar apenas a região do Içana. Outros trabalhos que relacionam a origem dos povos falantes *arawak* do alto rio negro são os de Silvia Vidal e Alberta Zucchi, estes trabalhos utilizando história tradicional, lingüística e dados arqueológicos dão formas para traçar as origens dos Piapoco, povos falantes de

línguas *arawak*, pra regiões próximas as corredeiras do Uapuí, que de acordo com outras pesquisas também pode ser o berço de outros povos falantes *arawak* da parte norte. Por último, Robin Wright sugere um modelo multiétnico para a região onde tanto povos *tukano* quanto *arawak* estariam misturados, estabelecidos no rio Uaupés até o século 18, esses povos conhecidos como os Boaupés (NEVES, 1998).

De acordo com Wright (2005) os povos *arawak* do noroeste amazônico incluem os *Baniwa*, *Kurupako* e *Wakuenai* na área de escoamento do Içana-Guainia; os *Warekena* do rio Xié, no Brasil e caño São Miguel, na Venezuela; os Baré do Alto Rio Negro; e os *Tariana* do médio-baixo Uaupés no Brasil. E dezessete povos *tukano* diferentes que habitam as áreas de escoamento do Uaupés e seus afluentes. Estes vivem dentro de um contexto de sistemas regionais de integração onde estas sociedades estão interligadas por uma rede de vínculos sociais, comerciais, políticos e religiosos que desafia qualquer tentativa de definir sociedades individuais como entidades distintas e autônomas. Wright acredita que anteriormente ao período de contato essas sociedades do noroeste amazônico estavam ligadas a uma rede de interdependência muito maior, na qual os povos *arawak* tinham um papel fundamental para a integração (Wright 2005:16).

A respeito dos padrões culturais dos grupos indígenas do alto rio negro, *Arawak* e *Tukano* compartilham várias características com pequenas divergências. São organizados em fratrias patrilineares exogâmicas, sendo as fratrias *arawak* unidades exogâmicas nomeadas e associadas a territórios específicos. Possuem organização baseada tanto em hierarquia e linearidade que se manifesta em momentos de rituais e cerimônias quanto em igualitarismo que é algo que se refere à vida cotidiana associada às atividades de subsistência e trocas com outros grupos de igual status (WRIGHT, 2005).

Em relação à organização social temos em Wright (2005: 21):

“Para os grupos de língua Aruak e *tukano*, a formação e a dissolução de grupos sociais são relacionadas a determinadas características de sua organização social e política e da sua vida cerimonial, que tem papel-chave na agregação de novos grupos. Além disso, os processos externos de contato – as pressões de colonização – certamente têm influenciado na emergência de novas formações sociopolíticas...”

A região do Alto Xingu passou a ser conhecida somente a partir de 1884, com a viagem de Karl Von Den Steinen. Este lugar, como acredita Seki (2011), poderia ter sido um local de refúgio para onde diversos grupos indígenas, de vários lugares e diferentes línguas se deslocaram devido aos rearranjos demográficos promovidos a partir do século XVI com colonização; e que, no decorrer do tempo, adquiriram notável uniformidade cultural construída através do contato entre esses diferentes grupos, os quais desenvolveram um sistema de trocas econômicas, cerimoniais e matrimoniais. Nesta região, estão presentes, atualmente, grupos falantes de línguas *Arawak* como os *Waurá*, *Mehinaku* e *Yawalapiti*, além de grupos falantes Karib, Tupi, entre outros.

Heckenberger (2011a) trata esta área como um caso privilegiado de continuidade cultural e histórica até o presente, onde é possível ver as evidências de organizações sociais pré-colombianas de *peer polity*, ou seja, um conjunto de *polities* regionais onde há semelhança de instituições sócio-políticas, ideologia e cultura material, mas sem a presença de uma autoridade institucional acima do nível das *polities* independentes.

Em relação a formação e estabelecimento do esquema cultural do Xingu, embasado por dados arqueológicos, Heckenberger (2005) acredita que os povos *arawak* se instalaram na região por volta de 500-800 A.D. Isto faria parte do processo descrito como a diáspora *arawak*, pelo qual os povos desta família linguística se disseminaram pela região amazônica. Segundo o autor, as características e traços culturais presentes no sistema regional Xinguno, como o sedentarismo, a vida em grandes aldeias permanentes ao redor de praças ou locais sagrados, hierarquia social e articulação regional normalmente pacífica por meio do comércio, do parentesco e do ritual são partes de características compartilhadas por outros grupos pertencentes à família linguística *arawak*. Tais traços foram adotados por grupos que se estabeleceram na região como Karib e Tupi, algo que faz com que a nação Xinguna seja um grande híbrido sócio-cultural. E apesar do contato com a colonização a raiz ou o arquétipo das categorias culturais e princípios carregados pelos antigos povos *Arawak* que colonizaram a região do Alto Xingu ainda é presente nos dias atuais mesmo que transformados.

CAPÍTULO 2 - Arqueologia das línguas

Esse capítulo visa oferecer algumas contribuições para o estudo linguístico dos grupos indígenas amazônicos e dos povos do passado. Sendo que o objetivo desse trabalho não é pormenorizar todas as pesquisas já realizadas na região acerca de tal tema, mas sim apresentar as contribuições no âmbito do estudo da linguística à disciplina arqueológica, pretendemos expor aqui, de forma geral, alguns tópicos discutidos pela linguística histórica.

Salientamos que a linguagem, além de ser uma ferramenta evolutiva que permitiu aos seres humanos compartilhar suas experiências individuais de interação com o ambiente; é parte importante do desenvolvimento das relações intergrupais e para as sociedades é um fator de expressão cultural.

2.1 A linguística histórica

A linguística histórica surgiu como uma ferramenta para entender as modificações que ocorrem em uma língua ao longo do passar do tempo; esta foi definida por Blench (1997:7) como a análise da relação entre duas ou mais línguas, que se supõe serem geneticamente relacionadas (terem se originado de uma mesma língua), como o inglês e o alemão, por exemplo. Os linguistas, considerando a fonologia, morfologia e o léxico, se preocupam em estabelecer regras testáveis pelas quais línguas específicas podem se relacionar com as outras. Tais regras devem, geralmente, ser capazes de prever os padrões de relacionamento entre “novos” vocabulários, e então, gerar uma estrutura genética em árvore que permite modelar a antiguidade relativa da separação de duas ou mais línguas. Desta forma, seria possível reconstruir a sequência de protolínguas a partir de pontos nodais em uma árvore genética.

Segundo Anthony (2007), a linguística histórica não produz apenas classificações estáticas, mas, também, possui a habilidade de reconstruir partes de uma língua extinta, da qual nenhuma evidência escrita permaneceu. Como exposto por Blench (2014), é possível, a partir deste tipo de estudo, reconstruir itens de

significância social e econômica, como nomes de equipamentos de caça, plantas comestíveis e, até mesmo, itens que podem revelar partes da organização social.

Por conseguinte, com base nos métodos da linguística histórica, existe a possibilidade de reconstruir uma protolíngua; esta é a língua ancestral, de onde se originaram, a posteriori, duas ou mais línguas relacionadas geneticamente. Por causa de processos de diferenciação, que ocorrem ao longo do tempo, há o aparecimento de diferentes línguas descendentes de uma única anterior; em decorrência deste fenômeno, se tem a formação de um tronco linguístico, o qual é o conjunto das famílias linguísticas que tem uma gênese comum, cuja conexão pode ser muito antiga. Uma família linguística é formada pelas línguas geneticamente relacionadas, as quais foram derivadas de uma mesma protolíngua; tais podem ser conhecidas como *línguas-filhas*. As línguas que são reconhecidamente relacionadas entre si, são chamadas de *línguas-irmãs*. Como exemplo desta relação genética, podemos citar o tronco linguístico indo-europeu, do qual nascem diversas famílias linguísticas, como a itálica e a germânica, a partir das quais se originam as línguas-filhas, como no caso da família germânica, o inglês e o alemão. O indo-europeu é o tronco linguístico mais conhecido por ser o mais estudado até os dias de hoje e possui doze famílias linguísticas.

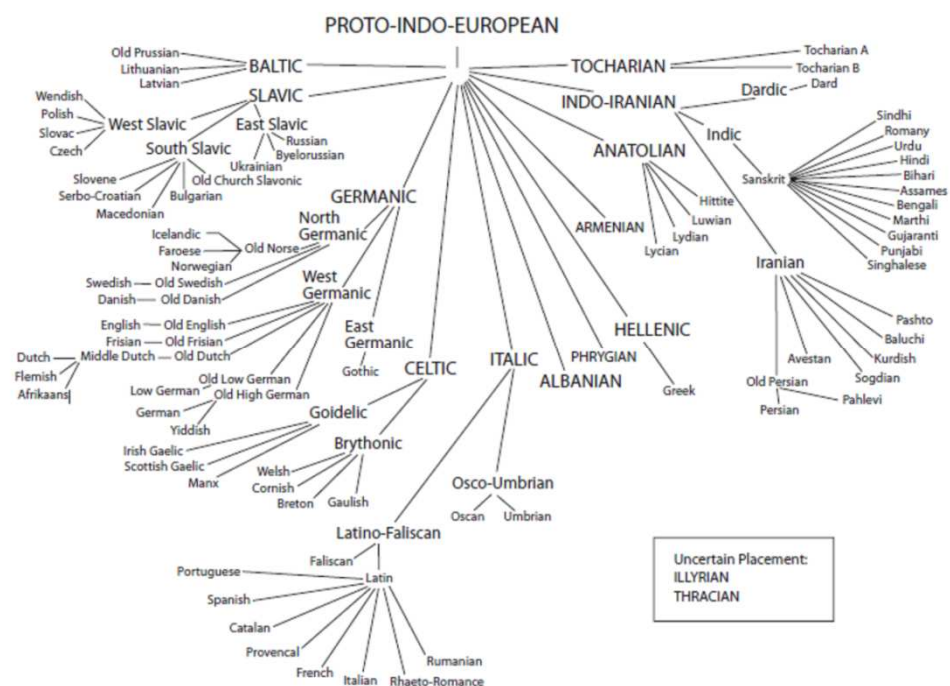


Figura 3: Tronco linguístico indo-europeu. Fonte: Anthony, 2007

A linguística histórica, como já mencionado, lida com as mudanças na língua através do tempo, portanto, é necessário procurar os motivos pelos quais as línguas se modificam. É importante notar que as línguas estão em constante modificação; excetuando as línguas que são normalmente utilizadas em rituais, o dinamismo da língua é um fator inerente. Um dos motivos para que ocorram tais alterações é o fato das pessoas possuírem diferentes maneiras de falar; a forma como os sons são emitidos dependem bastante da capacidade vocal de cada indivíduo, portanto, ao longo do tempo, é possível que haja uma mudança gradativa na emissão de um determinado som. Este tipo de transformação acontece com regularidade se o ambiente e as condições forem propícios para a mudança; segundo Anthony (2007), não é uma variação aleatória, mas segue a direção de sotaques e frases que são admiradas e emuladas por uma grande quantidade de pessoas. As línguas, também, podem ser alteradas por empréstimo de palavras de outras línguas, processo que pode acontecer por uma eventual necessidade de expressar um novo conceito ou por vontade de ter prestígio ao se empregar palavras de uma língua estrangeira. A analogia é outra forma em que se pode ocorrer uma mutação linguística, este fenômeno acontece quando uma parte da linguagem se modifica do ponto de vista morfológico, para ficar mais parecida com outra parte considerada similar (CAMPBELL, 1998). Além disso, as modificações linguísticas podem acontecer por separação geográfica e social de grupos; quando populações que falam a mesma língua se afastam e deixam de interagir, passam por processos de desenvolvimento diferente. (GALUCIO, 2010). Paralelamente às mudanças linguísticas, a cultura material passa por processos semelhantes de modificação. Como já analisado por Meggers (1990), o processo conhecido como “deriva” seria um motivo responsável pela variação na composição de artefatos cerâmicos; o que, segundo a mesma, era uma explicação bastante utilizada pelos linguistas para justificar as variações graduais na pronúncia, no sentido e na gramática. Ressaltando que, quando uma população se desmembra em duas ou mais comunidades isoladas, a deriva age de forma diferente em cada uma delas e, por conseqüência, as comunidades divergem entre si.

Conhecendo, então, os motivos pelos quais as línguas se diferenciam, é preciso, também, aprofundar o processo de sua reconstrução. Segundo Facundes (2002), os métodos mais aceitos e utilizados pela linguística histórica para

reconstruir as línguas do passado são: o método comparativo e a reconstrução interna. O método comparativo usa a comparação entre propriedades linguísticas de duas ou mais línguas para determinar se elas possuem um ancestral comum; tenta reconstruir o máximo possível de uma língua antecessora através da relação entre as primeiras. A reconstrução interna é aplicada com o intuito de determinar regularidades sistemáticas dentro de uma única língua, para que uma fonte hipotética da mesma possa ser reconstruída. Assume-se que as mudanças regulares ocorrentes em uma língua produzirão alternâncias sistemáticas entre as formas envolvidas e que um exame dessas alternâncias permitirá recuperar o estado original da língua que as produziu. Ainda segundo o autor, outros métodos conhecidos e utilizados pela linguística histórica são: a glotocronologia ou a lexicostatística. Tais métodos são quantitativos e se fundamentam em admitir que a diferenciação entre as línguas possa ser medida através de cálculos matemáticos; presume-se que a diferenciação linguística pode ser quantificada e que exista certa regularidade na mudança, portanto, seria possível calcular a profundidade temporal da separação entre duas línguas relacionadas. Um exemplo do uso desses métodos associados a um estudo de base arqueológica é fornecido pelo trabalho desenvolvido na tese de doutorado de José Oliver (1989), aluno de Donald Lathrap, o qual, utilizando um estudo lexicostatístico, buscou reconstituir e encontrar o tempo de separação das línguas *arawak*, para criar uma hipótese para a expansão desses povos pelas regiões da América do Sul.

As críticas avançadas ao uso de métodos como a glotocronologia e a lexicostatística são embasadas no fato de que, para utilizar essas formas de quantificação, é preciso assumir um uniformitarismo e que as mudanças linguísticas acontecem em ritmo constante e único para todas as línguas (BLENCH, 2014).

O método mais aceito para os estudos linguísticos, atualmente, é o método comparativo. Sendo assim, a linguística histórica se baseia bastante no estudo dos sons, ou seja, a fonologia, que é essencial para o uso do método comparativo, o qual permite reconstruir sons de uma língua não mais falada através da relação entre palavras de mesmo significado de línguas aparentadas. Da mesma forma, essa disciplina se apoia ao estudo do léxico, o qual tem como objetivo analisar a semântica, portanto, o significado da palavra e; por final, à morfologia, que aborda

as regras que governam as formas que as palavras devem tomar quando usadas em maneiras particulares.

Portanto, apresentada de forma geral a linguística histórica, seguiremos na descrição das aplicações que a mesma pode ter para contribuir no esclarecimento de problemas ligados à linguística na Amazônia. Em Facundes (2002), há uma proposta de mostrar como os métodos da linguística histórica podem ser usados para o estudo e a reconstrução das línguas da família *arawak*, assim como, as contribuições deste tipo de abordagem podem ser empregadas no estudo do passado dos falantes de tais línguas. Para este autor, existem dois métodos que podem ser aplicados aos estudos sobre as línguas *arawak*: a linguística areal ou de contato e a paleolinguística. A primeira lida com fenômenos linguísticos que surgem do contato de línguas que não são geneticamente relacionadas e que não podem ser investigadas pelo método comparativo; processo que é bastante útil no estudo das línguas amazônicas, visto que existe uma proximidade entre línguas de diferentes famílias nesta região. Em relação à paleolinguística, o autor considera que exista grande potencial para os estudos associados à antropologia e à arqueologia, pois lida com a reconstrução da cultura e do ambiente através da comparação linguística; por fim, ressalta que, apesar de dados já disponíveis para este tipo de estudo, ainda há muito a ser feito com relação à paleolinguística no que concerne as pesquisas feitas a respeito das línguas da família *arawak*. De acordo com Facundes (2002:95):

“com o auxílio de antropólogos e arqueólogos, é possível tentar reconstruir itens dos vocabulários de diversas protolínguas para conceitos culturais e ambientais que podem ajudar a estabelecer padrões de migrações, lugares de origem, e outras características para vários grupos *arawak* e conseqüentemente para o proto-*arawak* da mesma forma” (tradução nossa)

2.2. As línguas indígenas na Amazônia

O estudo das línguas indígenas amazônicas, embora não seja incipiente, é ainda escasso em relação aos trabalhos realizados sobre famílias linguísticas ao redor do mundo. Como já mencionado, no início do capítulo 1, a região amazônica possui uma grande diversidade linguística. Segundo Rodrigues (2003), existem aproximadamente 50 famílias linguísticas e 250 línguas conhecidas, com 150 destas

faladas na Amazônia brasileira. De acordo com Dixon e Aikhenvald (1999), as principais famílias linguísticas documentadas na região são: karib, *arawak*, tupi, pano, macro-je, maku, *tukano*, nambiquara e arawá. Destas, o tupi é a família mais estudada e conhecida, pois é uma das maiores da América do sul, tanto que a expansão de tais povos é um grande tema de estudo da arqueologia amazônica (BROCHADO, 1989; NOELLI, 1996; OLIVER, 1989).

Para Dixon e Aikhenvald (1999), uma das grandes dificuldades encontradas no estudo linguístico é o fato de que a região amazônica possui uma enorme diversidade linguística, que ainda é pouco documentada. Além do mais, essa heterogeneidade caracteriza uma grande área geográfica, portanto, torna-se muito difícil reconhecer se as similaridades linguísticas são resquícios de uma relação genética ou consequência de empréstimos de outras línguas. Ainda segundo os autores, outro grande problema para o estudo das línguas indígenas da Amazônia é que, a maioria está em constante ameaça de extinção, por causa do avanço das influências da sociedade ocidental sobre as culturas indígenas; processo que está em andamento desde o contato com a colonização, já que muitos povos indígenas, representantes de diversos grupos linguísticos, foram exterminados ao longo dos anos.

No caso das pesquisas realizadas acerca das línguas indígenas na Amazônia, destacamos que o estudo fonológico é muito relevante, pois a maioria de tais línguas não possui um alfabeto escrito, sendo, portanto, essencial a reconstrução dos sons e suas relações para se entender o parentesco entre as línguas. Para Epps e Salanova (2013) os estudos linguísticos são importantes, pois podem nos contar sobre o passado indígena de lugares particulares da Amazônia, onde registros textuais e arqueológicos são limitados.

“Relações entre línguas implicam relações entre grupos do passado (mas note que, apesar da terminologia, as relações linguísticas ‘genealógicas’ ou ‘genéticas’ certamente não implicam correspondente relação genética entre pessoas, como evidência: brasileiros falantes de português de descendência indígena, por exemplo). Padrões de similaridade e diversidade linguística levantam numerosas questões: por que a diversidade linguística é maior na periferia amazônica? É possível esses padrões possam carregar pistas sobre o povoamento do Novo Mundo, a propagação de inovações como a agricultura (CLEMENT et al. 2005), ou a origem de famílias linguísticas muito difundidas (ex. AIKHENVALD 1999a:75)? Adicionalmente, as histórias de palavras particulares talvez possam

revelar pistas sobre a história de conceitos, aos quais são correspondentes.” (EPPS E SALANOVA, 2013:18) (tradução nossa)

2.3 As línguas *arawak*

A família linguística *arawak*, ao tempo da chegada dos conquistadores europeus, era a mais difundida pelo território sul-americano. Estendia-se longitudinalmente desde as Bahamas até a Argentina e em amplitude latitudinal do sopé dos Andes à foz do rio Amazonas; é a família que contém o maior número de línguas. A relação entre as línguas da família *arawak* foi primeiramente reconhecida pelo missionário italiano Filippo Salvatore Gilij em 1783, que as nomeou como Maipure. A nomenclatura *arawak* foi posteriormente dada por Daniel Brinton em 1892 e Karl Von Den Steinen em 1894. Os primeiros nativos a ter contato com Colombo foram os povos Taino, de língua *arawak*, conseqüência da vasta expansão dessa família linguística no continente. O contato acarretou o empréstimo de diversas palavras do vocabulário *arawak* para o espanhol, que até hoje ainda são usadas. Os primeiros estudos comparativos da família linguística *arawak* foram realizados por Gilij, que reconheceu a unidade genética das línguas maipure; posteriormente, Karl Von den Steinen, em 1886 promoveu a primeira subdivisão das línguas *arawak*. O número de línguas desta família pode variar bastante, de acordo com cada classificação proposta (AIKHENVALD, 1999).

Alguns trabalhos foram feitos em relação à classificação das línguas *arawak*, dos quais os mais conhecidos e utilizados atualmente são os modelos de Payne (1991) e Aikhenvald (1999).

A classificação de Payne (1991) foi elaborada com dados de vinte e quatro línguas, que representam braços principais da família, agrupadas em conjuntos de 203 cognatos com reconstruções preliminares e correspondência para cada conjunto. Para Payne (1991), apesar da importância da família linguística *arawak*, os estudos comparativos de tal família eram poucos em relação a outras na América; acreditava que o motivo era o tamanho intimidador da mesma e a inviabilidade de dados para basear os estudos.

Segundo Aikhenvald (1999), o número de línguas da família *arawak*, ainda vivas, seria cerca de quarenta; e a maioria destas línguas encontra-se em perigo de

extinção, pois línguas oficiais dos colonizadores e francas, inseridas no território amazônico para facilitar a catequização indígena pelos missionários, possuem popularidade entre os jovens. A autora acredita que o maior problema para os estudos comparativos e subgrupamento das línguas da família *arawak* é a falta de dados adequados para várias línguas, além de existirem problemas a respeito das relações genéticas internas à família e as possíveis relações com outros grupos; assim como a abrangência geográfica e a diversidade linguística, que tornam problemático distinguir um fenômeno areal de um genético.

Nos quadros a seguir, são apresentadas as classificações das línguas da família *arawak*, primeiro, segundo Payne (1991), e posterior, Aikhenvald (1999):

| | |
|---------------------------------|-----------------------------------|
| Amuesha (Peru) | North Amazon |
| Chamicuro (Peru) | Resígaro (Peru) |
| Eastern | Yucuna-Guarú |
| Waurá (Brazil) | Yucuna (Colombia) |
| Mehináku (Brazil) | + Guarú (Colombia) |
| Yawalapití (Brazil) | Piapoco group |
| + Custenau (Brazil) | Achagua (Colombia) |
| Parecis-Saraveca | Piapoco (Colombia) |
| Parecis (Brazil) | + Amarizana (Colombia) |
| + Saraveca (Bolivia, Brazil) | (+?)Tariano (Colombia, Brazil) |
| Southern | Cabiyarí (Colombia) |
| Paraná | Carru group |
| Terêna (Brazil) | Maniba (=Rio Icanna Baniva, |
| + Kinikíno (Brazil) | Baniwa, Hohodene, Siusí) |
| Guaná (Paraguay) | (Brazil, Colombia) |
| Bauré (Bolivia) | Carutana (= Carru) (Brazil) |
| Moxo | Curripaco (Colombia, Brazil, |
| Ignaciano (Bolivia) | Venezuela) |
| Trinitario (Bolivia) | Ipeka (=Payulíene, Pacu) (Brazil, |
| Piro-Apurinã | Columbia, Venezuela) |
| Piro (Peru, Brazil) | Catapolitani (=Moriwene, |
| Apurinã (Brazil) | Mapanai) (Brazil) |
| (+?)Iñapari (Peru, Bolivia) | Wainumá-Mariaté |
| Campa | + Wainumá (Brazil) |
| Asháninca (Peru) | + Mariaté (Brazil) |
| Ashéninca (Peru, Brazil) | + Anauya (Venezuela) |
| Caquinte (Peru) | Guarequena-Mandahuaca |
| Machiguengua (Peru) | Guarequena (Venezuela, Brazil) |
| Nomatsiguenga (Peru) | Mandahuaca (Venezuela, Brazil) |
| Wapishana (Guyana, Brazil) | Rio Negro |
| Palikur | + Yumana (Brazil) |
| Palikur (Brazil) | + Pasé (Brazil) |
| + Marawan (Brazil) | + Cayuishana (Brazil) |
| Caribbean | Baré group |
| Garífuna (Belize, Honduras, | + Marawa (Brazil) |
| previously Antilles) | Baré (Venezuela, Brazil) |
| TA-Arawakan | + Guinau (Venezuela) |
| Lokono | + Maipure (Colombia, Venezuela) |
| Guajiro | Manao group |
| Guajiro (Colombia, Venezuela) | + Manao (Brazil) |
| Paraujano (Colombia, Venezuela) | + Cariaya (Brazil) |
| + Taino (Cuba, Jamaica, Haiti, | + Waraicú (Brazil) |
| Dominican Republic, | + Yabaana (Brazil) |
| Puerto Rico) | + Wiriná (Brazil) |
| + Shebayo (Trinidad) | + Shiriana (Brazil) |
| | + Aruán (Brazil) |
| | Baniva-Yavítero |
| | (+?)Baniva (Brazil, Venezuela) |
| | + Yavítero (Venezuela) |

Figura 4: Quadro de classificação das línguas *arawak* de acordo com Payne (1991). Fonte: Postigo, 2014

| ARAWAK SETENTRIONAL | |
|------------------------------|---|
| Piro-Apurina | Piro (Manchineri) Chontaquiuro Apurina Inapari + ? Mashko-Piro |
| Campa | Ashaninca Asheninca Caquinte ! Machiguenga Nomatsiguenga Pajonal Campa |
| Amuesha | Amuesha |
| Chamicuro | Chamicuro + |
| Rio Branco | Wapishana Mawayana ! |
| Palikur | Palikur Marawan + Aruan + |
| Extremo norte | Ineri Garifuna |
| Subgrupo TA-Arawak dos Karib | Lokono Guajiro Anun Taino + Caquetio + Shebayo + |
| Norte amazonico Colombia | Resigaro Yucuna ! Achagua ! Piapoco Cabiyari ! Maipure + |
| Alto Rio Negro | Baniwa do Icana Tariana ! Guarequena ! |
| Orinoco | Bare ! Baniwa da Guaiânia ! Yavitero + Mandawaka + Yabaana + |
| Medio Rio Negro | Kaixana ! Manao + Chiriana ! |

Figura 5: Quadro de classificação das línguas *Arawak* de acordo com Aikhenvald (1999). Postigo, 2014

| ARAWAK DO SUL E MERIDIONAL | |
|----------------------------|--|
| Arawak do Sul | Terena Kinikinao + Guane/Layana + Chane/Izoceno + Baure Moxo ou Ignaciano Moxo: Trinitario Paiconeca + Pauna + Apolista Enawene-Nawe |
| Pareci-Xingu | Waura Mehinaku Yawalapiti ! Kustenu + |
| Pareci-Saraveca | Pareci (Haliti) ! Saraveca + |

Figura 6: Continuação do quadro de classificação das línguas *Arawak* de acordo com Aikhenvald (1999). Fonte: Postigo, 2014.

Apesar de não existir um consenso em relação ao local de origem das línguas proto-*arawak*, vários trabalhos foram desenvolvidos para encontrar o lugar de dispersão das mesmas; esta expansão é, normalmente, associada à difusão, não somente linguística, mas também de traços culturais singulares, que caracterizam os povos falantes *arawak*; inclusive, é dado grande apoio para as hipóteses que sugerem que tal expansão possa estar relacionada com a dispersão da agricultura pela região amazônica, considerando a possibilidade de corroborar tal tese nas reconstruções linguísticas, apoiadas por dados provenientes de pesquisas arqueológicas.

2.4. Arqueologia e línguas

A relação entre arqueologia e língua foi uma abordagem que fez parte dos estudos desenvolvidos dentro do enfoque histórico-culturalista, por pesquisadores que intencionavam entender as ligações entre os povos atuais e seus antepassados.

Mesmo que apenas associada à arqueologia a partir do começo do século XX, o estudo da linguística histórica teve seu início em 1786, com a iniciativa de Sir

William Jones de comparar e demonstrar as ligações entre as línguas clássicas europeias e o sânscrito. Como a linguística histórica sugere que podemos reconstruir o desenvolvimento de famílias linguísticas e itens léxicos particulares de significância social e econômica, acreditou-se que fosse possível mapear esses itens com achados arqueológicos. A primeira família linguística que teve esse tipo de estudo foi o indo-europeu, quando Adolphe Pictet (1859-63) introduziu o conceito de *paleontologia lingüística*: a ideia de que a pré-história poderia ser reconstituída a partir de evidências tiradas de línguas modernas faladas e da transformação individual de palavras (BLENCH, 2014). Durante o começo do século XX, esse tipo de abordagem, associado ao estudo de processos migratórios, serviu como ferramenta para pesquisadores que buscavam mapear o berço de línguas indo-europeias.

Sendo que o estudo dos processos migratórios se tornou menos aplicável à arqueologia, a partir da década de 1960, da mesma forma, os arqueólogos se distanciaram de abordagens que correlacionavam línguas e cultura material como forma de explicar a distribuição de vestígios no registro arqueológico. Esse processo surgiu paralelamente ao desenvolvimento de novas abordagens, principalmente, as utilizadas pela Nova Arqueologia. Além disto, houve o reconhecimento de que em várias partes da Amazônia, assim como em outros lugares do mundo, existem sistemas culturais de grupos multilinguísticos dividindo o mesmo espaço e cultura material (NEVES, 2011).

Um elemento que faz com que a linguística histórica seja atraente para alguns arqueólogos é o fato que, apesar de ter começado como o estudo de línguas escritas, atualmente tal disciplina é usada para tentar entender o desenvolvimento de línguas não escritas ou que passaram a ser recentemente escritas. Além do fato que, a partir da combinação entre resultados arqueológicos, reconstrução linguística e um entendimento aprofundado de processos sociais apresentados pela etnografia, é possível construir um modelo para a pré-história (BLENCH, 2014).

Para Lima (2008: 340):

“A relação entre dados arqueológicos e linguística nunca foi simples. A velha equação estabelecida por Childe (1929), entre culturas arqueológicas, povos e línguas há muito não é aceita como dado. Entretanto, a lingüística histórica e a arqueologia podem se

complementar ao lidar com processos e eventos que são hoje diretamente observáveis – língua e cultura material – que representam a passagem do tempo.”

Um modelo conhecido como *farming language dispersal hypothesis* (hipótese de dispersão de língua/agricultura), que tem como seu principal expoente o arqueólogo Colin Renfrew, é uma forma de analisar a distribuição de línguas por territórios, considerando a expansão da agricultura como fator crucial para tal distribuição. Apesar da maioria dos trabalhos baseados neste modelo serem desenvolvidos na Europa, África e Oceania, não podemos descartar seu potencial para trabalhos na Amazônia. Desta forma, Lima (2008), ao considerar que esta abordagem tem o objetivo de estabelecer padrões gerais que relacionam mudanças lingüísticas às mudanças demográficas, sociais e econômicas, acredita que a expansão *arawak* possa se encaixar neste modelo, em uma configuração chamada de *spread zone*, que seria uma dispersão demográfica possivelmente de expansão agrícola e relativamente recente.

CAPÍTULO 3 - Uma História de Longa Duração na Arqueologia da Amazônia Central

3.1 A Amazônia central e as pesquisas iniciais

A terceira parte deste trabalho pretende discorrer acerca dos trabalhos de arqueologia realizados na Amazônia central. Esta não é uma escolha aleatória: de fato, apesar de a configuração étnica atual ter sido fortemente impactada pelos séculos de etnocídio, que levaram a um processo de formação de identidades grupais transculturais e um deslocamento demográfico em grande escala, esta região fornece elementos úteis para a nossa análise pelo fato de ser uma das mais estudadas no contexto arqueológico amazônico; e por dispormos de informações etno-históricas que recuam até o século XVI. De fato, os dados fornecidos pelas pesquisas realizadas permitiram a elaboração de hipóteses intencionadas em explicar os processos de modificação do ambiente pelos quais a região passou ao longo de milhares de anos. Desta forma, associando o estudo dos processos de formação de solos antrópicos, o manejo de plantas cultiváveis, os padrões de assentamento das aldeias assim como a produção de objetos cerâmicos aos dados de pesquisas linguísticas, fontes etno-históricas e um histórico de pesquisas sobre expansões dêmicas e difusão cultural, é possível dentro deste quadro ver um cenário frutífero para o surgimento de novas hipóteses para explicar as dispersões linguísticas e as ocupações pré-coloniais pelo território amazônico.

A Amazônia central, denominação dada *“à área que vai grosso modo do baixo curso do rio Japurá, a oeste, à boca do rio Madeira, à leste, da latitude da boca do rio Branco, ao norte à latitude da cidade de Borba no rio Madeira, ao sul”* (NEVES, 2012: 21), foi alvo de extensos estudos durante os vários anos de pesquisas realizadas na região amazônica.

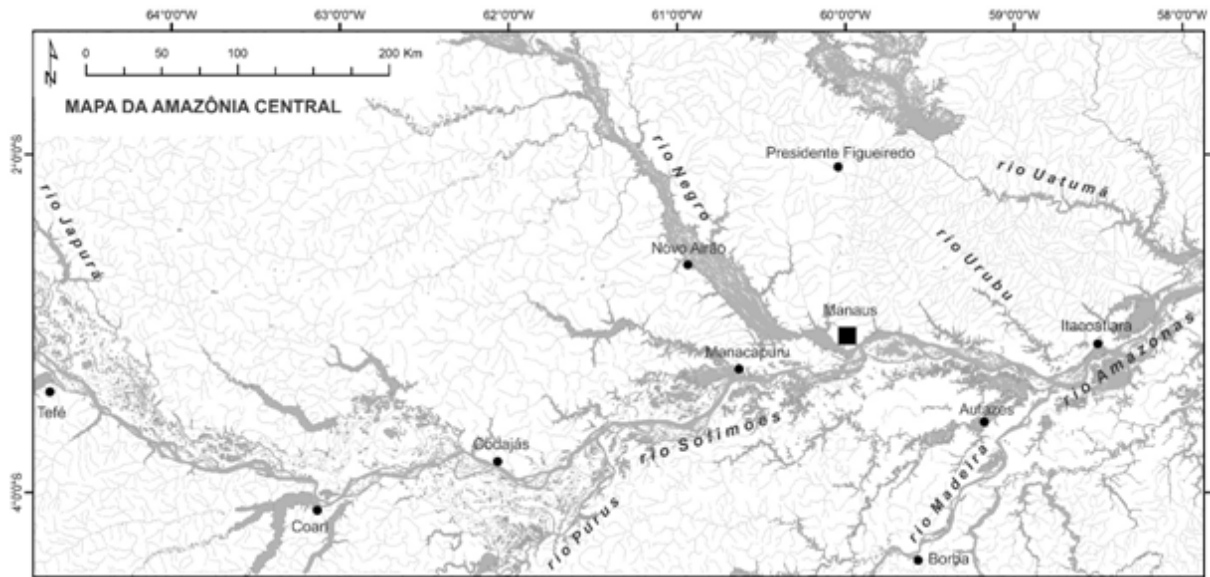


Figura 10: Delimitação da área da Amazônia Central. Autor: F. Stampanoni Bassi

As primeiras informações envolvendo materiais arqueológicos desta região foram recolhidas em meados do século XIX desenvolvidos em sua maior parte por viajantes como Barbosa Rodrigues, Paul Marcoy, Charles Frederick Hartt. No entanto, os primeiros trabalhos sistemáticos a envolver a arqueologia da Amazônia central foram desenvolvidos a partir das décadas de 1950-60; os principais responsáveis por levantamento e registros de sítios arqueológicos desta região foram Peter Paul Hilbert e Mario Simões, pesquisadores vinculados às pesquisas de Betty Meggers na região Amazônica (LIMA & MORAES, 2010). Desta forma, temos os trabalhos de Peter Paul Hilbert na década de 1960 com registros de sítios arqueológicos na região de Manaus e adjacências e Mario Simões posteriormente, na década de 1970, com levantamento e registro de sítios no baixo rio Negro e na cidade de Borba. O trabalho de Peter Paul Hilbert foi de notável relevância para a arqueologia da Amazônia central, pois propôs uma sequência cronológica para a região (NEVES, 2012), a qual foi posteriormente reavaliada por Lima (2008) ao propor uma cronologia para as cerâmicas da Tradição Borda Incisa em sua tese de doutorado. Além das pesquisas vinculadas a Meggers, como já foi abordado no capítulo 1, Donald Lathrap (1975) propôs um modelo de expansão pelo território Amazônico, onde a região próxima de Manaus seria um centro de inovação cultural e o ponto de origem para a dispersão de povos faltantes de línguas da família *arawak*, os quais, de acordo com o modelo, deixaram como correlato material a cerâmica da Tradição Borda Incisa/Barrancoide. Lathrap não foi o primeiro a sugerir este tipo de associação; anteriormente, ainda na década de 1930, o pesquisador

sueco Erland Nordenskiöld já havia atribuído a distribuição das cerâmicas inciso modeladas aos povos falantes *Arawak*. Posteriormente, Jose Oliver (1989), aluno de Lathrap, refinou a hipótese de expansão *Arawak* pela América do sul em sua tese de doutorado.

3.2. As cerâmicas inciso-modeladas da Amazônia Central (A Tradição Borda Incisa/Barrancoide.)

A Tradição cerâmica Borda Incisa, anteriormente denominada horizonte, foi definida por Meggers e Evans na década de 1960. As datações para esta tradição variavam entre 100 e 800 DC e haviam sido encontradas na região do rio Orinoco e no baixo rio Amazonas. Na região da Amazônia central foram reconhecidos por Hilbert os conjuntos cerâmicos denominados fases Manacapuru e Paredão que, considerando suas características estilísticas e as datações, se encaixariam dentro da Tradição Borda Incisa. As cerâmicas desta tradição possuem muitas similaridades com aquelas encontradas em outras partes da América do sul, em regiões do Caribe e da Venezuela; estas cerâmicas estão classificadas dentro da Série Barrancoide e por consequência das semelhanças existem trabalhos que consideram que a Tradição Borda Incisa seria uma manifestação desta série na Amazônia central, portanto, parte de um fenômeno que ocorreu por todo norte da América do sul (LIMA & NEVES, 2011).

De acordo com Lathrap (1970), os objetos cerâmicos da Série Barrancoide foram primeiramente identificados na planície baixa do rio Orinoco e teriam sido levadas à região por um grupo exterior por volta de 700 a 800 A.C.; esta intrusão de um povo estrangeiro obrigou os povos de Saladero, habitantes anteriores do local, a se deslocarem para outra região. Os povos estrangeiros, produtores das cerâmicas Barrancas, estariam em maior número e como característica produziam artefatos completamente diferentes das peças produzidas pelo povo de Saladero. As cerâmicas Barrancas seriam, então, a expressão mais antiga da Série e os povos produtores da Série Barrancoide teriam sido os responsáveis por introduzir a língua *arawak* na região, os quais continuaram a se expandir deste ponto para outras partes do norte da América do sul. (LATHRAP, 1975)

Portanto, ao versarmos a respeito de tradições cerâmicas na Amazônia central é necessário expandir a discussão para abarcar outras partes da região amazônica, visto que a semelhança entre diversos complexos cerâmicos existentes e sua abrangência territorial podem ser frutos de interações, migrações e sistemas de trocas pré-coloniais e que somente a partir desta ótica seja possível ter o contexto total para as interpretações dos acontecimentos passados; além de que as fronteiras territoriais recentes são frutos da influência da sociedade ocidental e não refletem as dinâmicas territoriais dos povos do passado.

A respeito das características da cerâmica, como definidas na época, temos em Lima e Neves (2011):

“Borda Incisa ou Barrancóide, as características distintivas destas cerâmicas seriam bordas largas, com o topo achatado, produzidas a partir de um aumento da espessura do centro do vaso, resultando em uma silhueta seccional triangular. A superfície destas bordas seria geralmente decorada com incisões. Há, em alguns casos, pintura ou engobo vermelho decorando o interior ou o exterior de alguns vasos.”

Em proposta mais recente, Neves et. al (2014) sugerem uma nova tradição cerâmica amazônica, a Tradição Pocó-Açutuba que estaria distribuída por vastas partes da Amazônia, da foz do rio Japurá até Santarém e do baixo rio Branco até a região de Manaus; apesar de algumas similaridades com a Tradição Borda Incisa, os autores a tratam como uma tradição distinta. Sugerem ainda que esta, se fossem seguidas as idéias de Lathrap, poderia ser considerada um correlato da Série Barrancoide e corresponderiam a ocupação de povos *arawak* na Amazônia Central.

3.3 As pesquisas realizadas a partir do PAC e as novas interpretações

O Projeto Amazônia Central (PAC) realizado entre 1995 e 2010, foi elaborado e executado através da iniciativa conjunta dos pesquisadores Eduardo Góes Neves (USP), James Petersen (University of Vermont) e Michael Heckenberger (University of Florida). Um dos objetivos do projeto visava testar as principais hipóteses vigentes para a ocupação da Amazônia (LIMA & NEVES, 2011). De um lado a hipótese de Betty Meggers propunha um cenário em que grandes sítios arqueológicos seriam decorrentes de seqüências de reocupações por povos que viviam em constante deslocamento em busca de recursos essenciais para a sobrevivência, pois as

condições ambientais não favoreceriam o crescimento populacional; enquanto Lathrap hipotetizou a Amazônia como uma região onde grandes sítios seriam o reflexo de alta densidade populacional, consequência do desenvolvimento de agricultura que permitiu o crescimento das populações.

Em decorrência das pesquisas realizadas pelo PAC, que conseguiram obter uma contextualização bastante refinada do registro arqueológico regional foi possível a formulação de hipóteses sobre a identidade cultural dos diferentes grupos que ocuparam a região ao longo do tempo.

Ao final dos anos de pesquisas do PAC, foi estabelecido que a hipótese de Lathrap para a Amazônia Central não estava correta; nem por outro lado deram confirmações da hipótese proposta por Meggers. Todavia, os trabalhos desenvolvidos foram importantes para a caracterização da arqueologia da Amazônia central; fornecendo dados a respeito de cronologia, densidade populacional, classificação, contextos funerários, ações belicosas, transformação da paisagem, formas de assentamento e complexidade cultural (MORAES, 2013:8).

Durante esses anos de pesquisa foram levantados dados para o aperfeiçoamento de cronologias e interpretação de questões fundamentais para a região Amazônica que permitiram a elaboração de novas hipóteses, algumas delas relacionando o fenômeno da expansão linguística e surgimento da agricultura. Tal abordagem não é nova em arqueologia e pode ser encontrada em pesquisas que utilizam a *farming language dispersal hypothesis* (já mencionado no capítulo anterior). No entanto, Moraes (2013) constata que atualmente há uma tendência em perceber a agricultura na região amazônica como uma prática secundária onde o manejo de plantas cultiváveis locais e a exploração dos recursos aquáticos fosse uma alternativa mais plausível para a obtenção de alimentos pelos povos amazônicos do passado. O mesmo autor destaca que as várzeas não seriam exatamente os alvos das disputas entre povos, mas a proximidade dos cursos dos rios.

Neves et al (2014), ao examinar as características da Tradição Pocó-Açutuba, consideram essa última como uma *cultura arqueológica* a partir do modelo proposto por Gordon Childe e reelaborado por Anthony (2007). Esse último, ao tratar o processo de expansão das línguas indo-europeias pelo continente eurasiático propõe

que a domesticação do cavalo e o uso da roda ofereceram possibilidades para que os habitantes das estepes centrais da Eurásia pudessem difundir seus modos de vida por todo o continente. O que não se afasta muito do que foi sugerido na hipótese de Lathrap de que a adoção da agricultura, juntamente com o domínio de meios de transporte fluviais por povos Amazônicos, lhes proporcionou também a viabilidade de se expandir pelo continente. Esta hipótese foi refinada por Michael Heckenberger, o qual, a partir dos trabalhos realizados no alto Xingu, sugeriu a associação entre aldeias circulares e grupos *arawak*. Em seguida, tal hipótese foi consolidada pelos trabalhos de Moraes (2010), que, a partir da descoberta de aldeias circulares em sítios arqueológicos da Amazônia central, viabilizou um discurso comparativo entre os contextos arqueológicos de três diferentes áreas: a Amazônia, o Caribe e o Xingu.

Ao revisitarmos a diáspora *Arawak* sugerida por Michael Heckenberger (2002), percebemos que a expansão desses povos pode ter envolvido muito mais do que ondas de avanço pelas terras baixas da América do sul, o autor de fato aponta para complexos padrões de migração, compartilhamento cultural, difusão de traços e pluralismo definindo com o termo diáspora os diversos processos culturais envolvidos, incluindo as historicamente específicas condições de interação socioculturais (Heckenberger, 2011b). Inclusive o mesmo considera certos traços característicos dos proto-*arawak* como um sistema tecno-econômico focado em agricultura de raízes cultiváveis e artefatos cerâmicos relacionados, organização de assentamentos de aldeias circulares com praças com rituais associados, hierarquias sociais hereditárias e integração dentro de sociedades regionais, tais características são observáveis até hoje em sistemas culturais com presenças de povos *arawak* que levaram Santos-Granero (2002) a pensar um *ethos arawak*, uma unidade cultural observada como duradoura e persistente entre povos *arawak* atuais, mesmo que em contato com outros grupos de diferente filiação linguística.

Ao pensar os padrões culturais apresentados pelos *arawak* e o conceito de *ethos arawak* desenvolvido por Santos-Granero, através de padrões atuais e estudos arqueológicos realizados em outras áreas como Caribe, alto rio Negro e alto Xingu, é plausível que as configurações culturais da Amazônia central pudessem ser parecidas, considerando suas variações regionais. Neves (2012) ao analisar os dados cerâmicos, os formatos de aldeias e as informações posteriores, sugere que

ao final do primeiro milênio D.C. a Amazônia central era parte de um sistema multiétnico similar ao existente no alto Xingu e no alto Rio Negro.

Para Lima (2010:608) a Tradição Borda Incisa seria nada menos do que a materialização de um sistema existente na Amazônia central, que perdurou por volta de um milênio; a autora considera a história da ocupação da Amazônia central como um sistema sociopolítico complexo, que se desenvolveu independentemente das fronteiras étnicas linguísticas e ambientais. Portanto, além de pensar a ocupação da Amazônia central em função apenas de cronologias cerâmicas, há uma tendência em entender acima de tudo em que tipos de formas o espaço regional foi utilizado pelos seus antigos habitantes.

As hipóteses levantadas pelos pesquisadores relacionados ao PAC consideram que a história da Amazônia central poderia ser vista como processos que fizeram parte de uma história indígena de longa duração. Se considerarmos a história da Amazônia central e suas ocupações ceramistas, uma história iniciada externamente, mas com longos processos de transformações locais.

Interpretações de dados mais recentes podem sugerir que o processo de ocupação por povos falantes de língua *arawak* são parte de processos de expansão de povos que compartilhavam traços culturais semelhantes e que se expandiram por toda a região Amazônica. Em Neves et al (2014: 137) sugere-se que “em uma região com tanta diversidade cultural quanto a Amazônia é de se esperar que tais modificações tenham ocorrido de acordo com padrões culturais específicos gerando porém paisagens culturais com autorias distintas”. Assim, podemos considerar a existência, ao longo dos anos de grupos com características específicas que modificaram o seu próprio ambiente, construindo montículos artificiais, desenvolvendo terras pretas, manejando plantas cultiváveis e fazendo cerâmicas estilisticamente coesas. De acordo com modelo filogenético desenvolvido por Walker e Ribeiro (2011), o berço mais provável das línguas da família *Arawak* seria o oeste amazônico, isto entraria em conformidade com dados a respeito do local de origem da domesticação de mandiocas e da formação das terras pretas mais antigas da Amazônia encontrados no sudoeste dessa região (Neves et. al 2014). Essa hipótese atribui um papel importante ao desenvolvimento das inovações culturais nas

periferias da região, as quais posteriormente haveriam adentrado a região de forma rápida, trazendo consigo suas características culturais entre as quais, a língua.

Ao levantarmos os dados arqueológicos presentes até o momento que trazem informações sobre a cronologia das ocupações na Amazônia central e que podem ser correlacionados às hipóteses linguísticas para a expansão dos povos falantes das línguas *Arawak*, percebemos que uma ocupação de longa duração iniciou por volta do ano 1000 A.C. e finalizada por volta do ano 1000 D.C. Essa história de longa duração, portanto, pode ser vista nas várias transformações ocorridas não somente dentro da Amazônia central, mas também, decorrentes de processos e alterações existentes em todo o contexto amazônico. Essas modificações podem ser vistas nas variações presentes no registro arqueológico, não somente em relação à variabilidade nos estilos cerâmicos, mas em outros aspectos observáveis na paisagem.

Lima, Barreto e Betancourt (2016:20):

Neste sentido, os objetos cerâmicos podem ser lidos pelos arqueólogos como verdadeiros documentos que nos falam das tradições tecnológicas, das relações sociais e dos universos simbólicos dos povos que os produziram e utilizaram. A possibilidade de acessar estes testemunhos de diferentes lugares e contextos cronológicos nos permite não só traçar as histórias de diferentes tradições ceramistas, mas também de diferentes modos de vida e de processos sociais.

Podemos, então, pensar desta forma as fases cerâmicas encontradas na Amazônia central, não somente como objetos, mas como testemunhos de modos de vida e assim, seguindo a cronologia destas fases, tentar entender um processo histórico que se desenvolveu em tempos anteriores a colonização européia. À vista disso, há brevemente a cronologia encontrada, até o momento, em relação à Amazônia central, dos possíveis correlatos materiais do processo de desenvolvimento cultural regional, dos descendentes de uma possível expansão *arawak*.

As ocupações da Tradição Pocó-Açutuba seriam, de acordo com Neves et al (2014), o correlato de povos de origem externa que se estabeleceram em várias

regiões da bacia amazônica em torno de 1000 A.C. Tais grupos seriam pioneiros de um processo de antropização e modificação da paisagem que ainda não tinha sido visto na Amazônia central. Evidências arqueológicas indicam a possibilidade de que as terras pretas mais antigas encontradas na calha do rio Amazonas estejam associadas a estas ocupações. Na Amazônia central, foram encontrados vestígios das ocupações Pocó-Açutuba em regiões próximas à foz do rio Japurá, no lago Amanã e na confluência dos rios negro e Solimões.

As cerâmicas da fase Açutuba reconhecidas por Lima (2008) como parte da Tradição Borda Incisa e posteriormente atribuídas a Tradição Pocó-Açutuba (NEVES et al 2014) teriam aparecido em diversos sítios da Amazônia central por volta de dois mil anos atrás, ocorrendo em solos mais profundos. Segundo Lima (2008:263), nos lugares em que houve ocupação mais intensa com o maior número de material, há características de sedentarismo em aspecto restrito e apresenta uma sequência cronológica bastante longa.

A sequência cronológica proposta para a fase Açutuba está entre 300 AC e 600 DC. As cerâmicas desta fase são consideradas correlatos de uma expansão rápida ao longo da calha do rio Amazonas, produto de ocupações relacionadas a grupos que difundiram características de produção de terras pretas, manejo e cultivo de plantas (LIMA, 2016). De acordo com Neves (2012), a relação da formação de terras pretas com as cerâmicas da fase Açutuba data de por volta do século II DC.

Os aspectos relacionados à fase Manacapuru indicam que estas cerâmicas são contemporâneas aquelas do final da fase Açutuba e que a mudança de uma para a outra deva ser vista como um processo de transição local, possivelmente, fruto de modificações internas e não de uma brusca alternância (NEVES, 2012). As datações desta fase as colocariam em uma sequência que durou de 600 a 1000 D.C. Os estudos das cerâmicas da fase Manacapuru sugerem que elas fazem parte de um cenário de intensificação de características anteriormente desenvolvidas pelos ocupadores que produziam cerâmicas da fase Açutuba, ou seja, formação de terra preta e manejo de plantas cultiváveis mais intensos. Estas cerâmicas são encontradas em um número maior de sítios e os depósitos indicam uma ocupação mais densa, além de apresentarem padrão de assentamento circular (LIMA, 2016).

As cerâmicas da Fase Paredão apresentam-se em maior número e em maiores dimensões nos sítios arqueológicos, além de estarem associadas à evidências de assentamentos circulares e elipsoidais (LIMA, 2008). Tais artefatos são cronologicamente contemporâneos às cerâmicas da fase Manacapuru, indicando assim um processo de intensificação do crescimento e adensamento populacional. O que se torna mais característico em relação à fase Paredão é que, a partir deste momento, ocorrem sepultamentos em urnas em maior frequência, que são encontradas em grande profusão na margem esquerda do rio Negro (NEVES, 2012). Tanto Manacapuru quanto Paredão estão relacionadas a ocupações com aldeias circulares, que foram descobertos em escavações do PAC em sítios próximos à confluência dos rios Negro e Solimões. O fato de existir esta contemporaneidade de aldeias Paredão e Manacapuru, e a evidência de intercâmbio de materiais cerâmicos entre essas, levou Neves (2012) a sugerir que a região da Amazônia central pudesse ser um sistema cultural multiétnico como o alto Xingu e o alto rio Negro.

Moraes (2013), a partir, entre outros dados, da associação espacial de artefatos cerâmicos pertencentes a diversas fases e tradições, aponta para a existência, em torno do ano 1000 D.C. de relações multiétnicas na Amazônia central; sugere também que esse período possa ter sido caracterizado por conflitos como demonstraria a presença de valas defensivas em sítios de ocupação Paredão.

Os mesmos dados demonstram que tais cerâmicas formam evidências de ocupações caracterizadas por artefatos cerâmicos relacionados à fase Paredão, que eram densamente povoadas até por volta do ano 1000 DC, deixam de existir na Amazônia central em torno do século XII D.C.; as evidências arqueológicas mostram que foram substituídas por vestígios da fase Guarita da Tradição Polícroma e a partir deste período na região houve um declínio populacional. Uma possível interpretação dessas evidências remete a um período de conflito, a partir do século IX, entre os grupos Paredão e os grupos externos a região que produziam as cerâmicas da fase Guarita; a presença de valas defensivas nos sítios relacionados à cerâmica Paredão poderia, portanto ser interpretada a luz de tais eventos, que poderiam também ser interpretados como um dos fatores do processo de mudança sócio-política que, a partir do século XII D.C. caracterizou a transição entre grupos produtores de cerâmica Paredão e Guarita (MORAES, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho nos trouxe a refletir sobre a importância do estudo da história indígena e do seu papel na construção de uma história regional. O levantamento das fontes etno-históricas, associadas aos dados linguísticos e arqueológicos, evidenciaram que a Amazônia foi o palco para grandes transformações ocorridas nas configurações sociais e culturais dos povos indígenas locais; processos de mudança que continuam até os dias de hoje.

Ao utilizarmos como exemplo os povos falantes línguas *arawak* e os resultados das diversas pesquisas desenvolvidas sobre os mesmos, entendemos a profundidade das conseqüências que os processos acarretados pela colonização refletiram na história indígena e na percepção que a sociedade atual tem sobre tais grupos. Nesse estudo percebemos a criação, ao longo do tempo, de uma visão segregadora, que transformou os indígenas em meros receptores, os considerando sem qualquer agência sobre suas vidas e seu ambiente; e paralelamente a promoção de uma separação entre os povos antigos e os indígenas de atuais, bem como da própria sociedade como um todo.

Consideramos, portanto, a disciplina arqueológica não apenas como uma ferramenta metodológica para o estudo do passado, mas acreditamos no seu papel social de informar sobre os povos pretéritos. Inclusive, a entendemos como um instrumento para incluir na narrativa sobre o passado os povos contemporâneos. Por muito tempo, essa disciplina foi utilizada para dar fundamento à difusão de ideologias e idéias políticas, que marcaram de forma negativa a história do mundo e ressonaram por muito tempo; apenas poucas décadas atrás foi iniciado um processo teórico-metodológico para mudar esta visão. Desde os últimos 500 anos, populações indígenas de todo o continente americano continuam sofrendo por causa das imposições trazidas pela colonização européia, que nunca aceitou seu modo de viver e interagir com o próprio ambiente. É, portanto, imprescindível que se promova uma nova forma de pensar a história e a identidade dos povos passados e presentes.

Mesmo que a associação entre povos, língua e cultura material, como proposto no histórico-culturalismo, não seja mais uma ferramenta teórico-metodológica aplicável à arqueologia, acreditamos que o estudo dessas variáveis e suas mudanças decorridas ao longo do tempo e dos processos culturais, pelos quais as sociedades nativas passaram, possa criar um discurso mais completo sobre a história do país; que não seja fundamentado na ótica colonizadora sobre os povos nativos, mas numa visão de colaboração, para se escrever uma história multivocal que reconstrua os diversos passados, considerando várias perspectivas. É, portanto, importante que seja promovido o pluralismo no entendimento da história dos lugares, aceitando os múltiplos conhecimentos sobre a história do mundo e principalmente sobre a história indígena.

REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, Alexandra Y. The *Arawak* language family. In: DIXON, Robert. M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (Eds.). *The Amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ACUÑA, C. *Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas*. Tradução de Helena Ferreira; Revisão de Moacyr Werneck de Castro; Revisão José Tendin Pinto – Rio de Janeiro, AGIR, 1994.

ANTHONY, D.W. Migration in archaeology: the baby and the bathwater, *American Anthropologist* 92:895-914.1990.

ANTHONY, D. W. *The Wheel, the Horse and the Language: How Bronze-Age Riders from the Eurasian Steppes Shaped the Modern World*. Princeton, NJ. Princeton University Press, 2007.

BLENCH, R. Introduction. In: *Archaeology and Language I: Theoretical and Methodological Orientation*. BLENCH, R.; SPRIGGS, M. Taylor and Francis e-library. 2004.

BLENCH, R. Language and Archaeology: State of Art. In: ENFIELD, N.J.; KOCKELMAN, P.; SIDNELL, J. (eds.) *The Cambridge Handbook of Linguistic Anthropology*. Cambridge University Press. Cambridge, 2014. p. 661-685

BROCHADO, J. P. A expansão dos Tupi e cerâmicas da Tradição Polícroma da Amazônia. *Dédalo* 27: 65-82.

CAMPBELL, L. *Historical linguistics: an introduction*. Edinburgh: Edinburgh University 1998.

CAVALLINI, M. *As gravuras rupestres da bacia do baixo rio Urubu: levantamento e análise gráfica do sítio Caretas, Itacoatiara – estado do Amazonas. Uma proposta de contextualização*. Dissertação de mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo. 2014.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*, Tradução Théo Santiago, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

DOMMELEN, P. Moving On: Archaeological Perspectives on Mobility and Migration, *World Archaeology*, 46:4, 477-483. 2014

EPPS, P. and SALANOVA, A. P. "The Languages of Amazonia," *Tipití: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*: Vol. 11: Iss. 1, Article 1, 2013. p. 1-28.

FACUNDES, Sidney da Silva. The Comparative linguistic methodology and its contribution to improve the knowledge of *Arawakan*. In: GRANERO, Fernando Santos; HILL, Jonathan (Eds.). *Comparative Arawakan histories*. Illinois: University of Illinois Press, 2002. p. 74-96.

FAUSTO, C. Os índios antes do Brasil. 4ed. Rio de Janeiro Zahar, 2010.

GALUCIO, A. V. A relação entre lingüística, etnografia e arqueologia: um estudo de caso aplicado a um sítio com ocupação tupiguarani no sul do estado do Pará. In: PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. (Org.). *Arqueologia Amazônica*. Belém. MPEG, 2010, v.2, p.

GUNN, M. C. Cultural Ecology: A Brief Overview. *Nebraska Anthropologist*. Paper 149. 1980

HECKENBERGER, M. "Rethinking the *Arawakan* Diaspora: Hierarchy, Regionality, and the Amazonian Formative." In *Comparative Arawakan Histories: Rethinking Language Family and Culture Area in Amazonia*, edited by J. D. Hill and F. Santos-Granero, 99–122. Urbana: University of Illinois Press. 2002

HECKENBERGER, M. *The Ecology of Power: Culture, Place, and Personhood in the Southern Amazon, A.D. 1000-2000*, New York and London, Routledge, 2005, 404 pp.

HECKENBERGER, M. Forma do espaço, língua do corpo e história Xinguana. In: Franchetto, B. (org). *Alto Xingu: uma sociedade multilíngüe*. Rio de Janeiro. Museu do Índio. FUNAI, 2011a.

HECKENBERGER, M. Deep History, Cultural Identity and Ethnogenesis in the Southern Amazon In: Hornborg, A. & Hill, J. D. (eds.) *Ethnicity in Ancient Amazonia*.

Ethnicity in Ancient Amazonia: Reconstructing Past Identities from Archaeology, Linguistics and Ethnohistory. Boulder: University Press of Colorado. 2011b.

HILL, J. D. e SANTOS GRANERO, F. *The Arawakan Matrix: Ethos, Language, and History in Native South America* In: Jonathan Hill & Fernando Santos-Granero (eds.). *Comparative Arawakan Histories: Rethinking Language Family and Culture Area in Amazonia*. Urbana, IL: University of Illinois Press, 2002, p. 1-22.

LATHRAP, Donald W. *O alto Amazonas*. Tradução de Glyn Daniel. Lisboa: Editorial Verbo, 1975.

Lima, H.P. *História das Caretas: A Tradição Borda Incisa na Amazônia Central*. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo. 2008.

LIMA, H. P. A “longue dureé” e uma antiga história na Amazônia central In: PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. (Ed.) *Arqueologia Amazônica v.2*. Belém: MPEG; Iphan; Secult, 2010

LIMA, H. P. *As Cerâmicas Açutuba e Manacapuru da Amazônia Central*. In: *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese* / BARRETO, C; LIMA, H. P; BETANCOURT, C. J. (Org.) Belém: IPHAN: Ministério da Cultura, 2016.

LIMA, H. P.; BARRETO, C. BETANCOURT, C. J. *Novos olhares sobre as cerâmicas arqueológicas da Amazônia*. In: *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese* / BARRETO, C; LIMA, H. P; BETANCOURT, C. J. (Org.) Belém: IPHAN: Ministério da Cultura, 2016.

LIMA, H. P.; MORAES, B. *Produção de conhecimento e preservação em debate: Aspectos da arqueologia na cidade de Manaus*. *Revista de arqueologia*. Volume 23 – n. 1: 90-107. 2010.

LIMA, Helena P.; NEVES, Eduardo G. *Cerâmicas da Tradição Borda Incisa/Barrancoide na Amazônia Central*. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 205-230, 2011.

LOWIE, R. H. The Tropical Forests: An Introduction. In: Handbook of South American Indians. STEWARD, J. (ed.) Washington Government Publish Office. 1948. Vol 3. p 1-56

MEGGERS, B. J. Amazônia: a ilusão de um paraíso / Betty J. Meggers; tradução de Maria Yeda Linhares; apresentação de Darcy Ribeiro – Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

MEGGERS, B. J. Reconstrução do comportamento locacional pré-histórico na Amazônia. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, Antropologia, vol. 6 (2). 1990.

MEGGERS, B. J. "Judging the future by the past: the impact of environmental instability on Prehistoric Amazonian Populations". In: L. Sponcel (ed.), Indigenous peoples and the future of Amazonia: an ecological anthropology of an endangered world. Tucson: University of Arizona Press. pp. 15-43. 1995.

MORAES, C. P. Aldeias Circulares na Amazônia Central: um contraste entre fase Paredão e fase Guarita. In: PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. (Ed.) Arqueologia Amazônica v.2. Belém: MPEG; Iphan; Secult, 2010.

MORAES, C. P. Amazônia ano 1000: territorialidade e conflito no tempo das chefias regionais. Tese (Doutorado em Arqueologia) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NEVES, E. G. Paths in Dark Waters Archaeology as Indigenous History in the Upper Rio Negro Basin, Northwest Amazon. Tese de Doutorado. Indiana University. 1998.

NEVES, E. G. Archaeological cultures and past identities in the pre-colonial central Amazon. In ethnicity in ancient Amazonia: reconstructing past identities from archaeology, linguistics and ethnohistory, edited by A. Hornborg and J. D. Hill, 31-56. University press of Colorado. 2011.

NEVES, E. G. Sob os tempos do Equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central (6.500 a.C. - 1.500 d.C.). Tese de Livre-Docência, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. 2012.

NEVES, Eduardo G.; GUAPINDAIA, Vera L. C.; LIMA, Helena P.; COSTA, Bernardo; GOMES, Jaqueline. A Tradição Pocó-Açutuba e os primeiros sinais visíveis de modificações de paisagens na Calha do Amazonas. In: ROSTAIN, S. (Ed.) Antes de Orellana. Actas del 3er Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica. Quito: IFEA; FLASCO; MCCTH; SENESCYT, 2014, p.137-156.

NOELLI, F. S. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. Revista de Antropologia 39(2): 7-53.

OLIVER, J. "The Archaeological, Linguistic and Ethnohistorical Evidence for the Expansion of *Arawakan* into Northwestern Venezuela and Northeastern Colombia." Tesis de doctorado, Department of Anthropology, University of Illinois at Urbana /Champaign, 1989.

PAYNE, David L. Classification of Maipuran (*Arawakan*) languages based on shared lexical retentions. In: DERBYSHIRE, D. C.; PULLUM, G. K. (Eds.). Handbook of Amazonian languages. 1991. v. 3, p. 355-499.

PORRO, A. O povo das Águas: Ensaio de Etno-história amazônica. Editora Vozes. RJ. 1996.

POSTIGO, A. V. Língua Wauja (*Arawák*): uma descrição fonológica e morfossintática. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara) 2014.

RODRIGUES, A. D. Aspectos da história das línguas indígenas da Amazônia. In: SIMÕES, M. do S. (Org.). Sob o signo do Xingu. Belém: UFPA, IFNOPAP, 2003. v. 1, p. 37-51.

SCHMIDT, M. Os Aruaques: Uma contribuição ao estudo do problema da difusão cultural. Tradução Klauss Woortmann. 1917.

SEKI, L. Alto Xingu: uma área linguística? In: Franchetto, B. (org). Alto Xingu: uma sociedade multilíngue. Rio de Janeiro. Museu do Índio. FUNAI, 2011.

TRIGGER, B. G. História do pensamento arqueológico/ Bruce G. Trigger: tradução Ordep Trindade Serra; [revisão técnica Lucas de Melo Bueno, Juliana Machado]. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

WALKER, R. S. & RIBEIRO, L. A. Bayesian Phylogeography of the *Arawak* Expansion in Lowland South America. *Proceedings of the Royal Society B* 278: 2562-2567. 2011.

WRIGHT, R. M. História Indígena e do Indigenismo no Alto Rio Negro. Mercado das Letras; São Paulo: Instituto Socioambiental – ISA, 2005.